



Republica Federativa do Brasil
Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

LEI 338/2010 de 01 de março de 2010.

**EMENTA: INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas e de acordo com o disposto no art. 24, § 1º da Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica Instituído o Plano Municipal de Educação de Santa Terezinha, compreendido no texto em anexo, que se faz parte integrante desta lei, compiladas em 77 laudas impressas.

Art. 2º - O Plano Municipal de Educação, ora instituído, normatiza o funcionamento da rede municipal de ensino.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de dezembro de 2009.

Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha - PE, 01 de março de 2010.

ADEILSON LUSTOSA DA SILVA
Prefeito Constitucional.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- PME - SANTA TEREZINHA – PE.

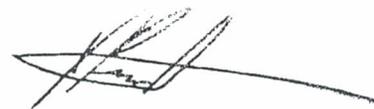
FASE PREPARATÓRIA

A Secretaria Municipal de Educação na Fase preparatória desenvolveu as seguintes ações:

1. Formação de um grupo de estudo para análise do PNE / MEC Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001.
2. Mobilização da sociedade com o envio de documento base para elaboração do PME nas escolas.
3. Formação de equipe técnica, com o objetivo de coletar informações educacionais e sócio-econômicas do Município;
4. Elaboração de documento pelo colegiado das escolas, para discussão com as equipes da Secretaria Municipal de Educação.
5. Estruturação do texto versão inicial do PME feita pela equipe de coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

FASE DE ELABORAÇÃO

1. Esta fase deu-se com a apresentação do documento do PME, pela equipe técnica da secretaria de educação para as escolas.
2. Em assembléias nas escolas discussão e elaboração das propostas das escolas para o PME.
3. Elaboração da primeira versão do PME, pela equipe técnica da Secretaria;
4. Encaminhamento do PME para análise pela equipe de assessoria da UNDIME- União dos Dirigentes Municipais de Educação.
5. Sistematização das propostas com reestruturação da versão inicial do PME considerando as observações da análise e parecer enviados a esta Secretaria pela UNDIME.



100

100

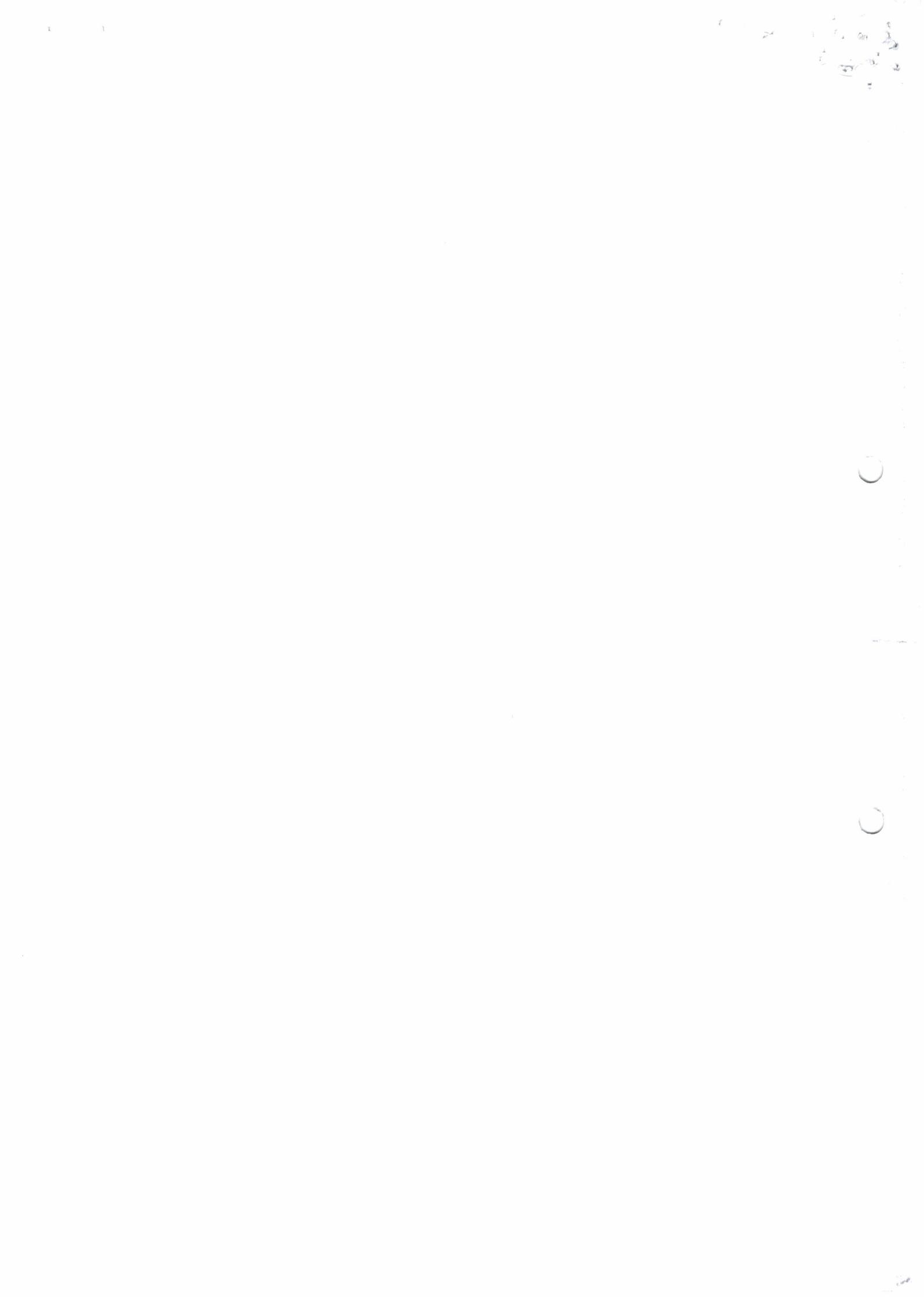
100

100

6. Apresentação na Câmara de Vereadores da 2ª versão PME pela equipe da Equipe da Secretaria de Educação.
7. Sistematização das propostas apresentadas pela Câmara de Vereadores, com a elaboração da 3ª versão do PME pela Assessoria Jurídica do Município.
8. Envio do Projeto de Lei do PME para Câmara de Vereadores pelo Prefeito.
9. Aprovação e apresentação da Lei do PME para a sociedade pelo Prefeito e Secretário de Educação.

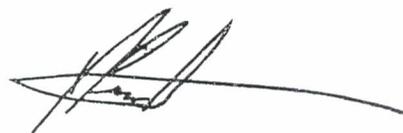
Santa Terezinha – PE
2009





Sumário

I – INTRODUÇÃO.....	05
A - Caracterização do Município.....	07
1. Objetivos e Prioridades	17
II – NÍVEIS DE ENSINO.....	18
A – EDUCAÇÃO BÁSICA.....	18
1. Educação Infantil	18
2. Ensino Fundamental.....	25
3. Ensino Médio	37
4. Educação de Jovens e Adultos	44
5. Educação Especial.....	50
B – EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	57
III – MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	58
IV – GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	61
V – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL.....	63
VI – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	69
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA – PE

I - INTRODUÇÃO

“Não é possível buscar sem esperança; nem, tampouco, na solidão”.

Paulo Freire.

As condições atuais da educação brasileira exigem nova postura da administração pública, ou seja, a formulação de políticas educacionais que atendam as necessidades e exigências do mundo contemporâneo.

Historicamente, temos fracassado quanto aos requisitos básicos para uma educação de boa qualidade, previsto na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 a 214, na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação.

Segundo resultados do SAEBE/2001¹, 38,15% dos estudantes do Ensino Médio não demonstram possuir as habilidades descritas na matriz de referência, apresentando dificuldades em lidar, inclusive com conteúdos das séries anteriores, sendo assim, torna-se um desafio para os municípios modificarem seus modelos escolares existentes, com a construção de um Plano Municipal de Educação que atenda a tais dificuldades, uma orientação prevista no Plano Nacional de Educação.

Sendo este, um momento histórico no município, dada a importância da implementação deste plano, que garantirá a formulação de formas que devem definir, com objetividade as atribuições e responsabilidades de cada segmento da gestão educacional, o município de Santa Terezinha estará mobilizando os setores da sociedade para repensar a proposta de educação vigente, uma vez que, não basta apenas garantir a matrícula. É necessário

¹ Sistema de Avaliação da Educação Básica.





promover uma educação de qualidade aos alunos matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino.

Sabendo-se que “o que orienta não deve aprisionar” como afirma Confúcio², o Plano Municipal de Educação do Município de Santa Terezinha Pernambuco, estará pautado nos princípios de pluralidade de idéias, concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, bem como na gestão democrática, como previsão na Constituição Federal Brasileira em seu artigo 206, incisos III e VI.

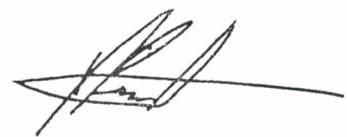
Tendo em vista o papel significativo que representa a educação no município, para o desenvolvimento social, econômico e sustentável, o mesmo estará cumprindo o que determina a Lei nº. 10.172 de 09 de Janeiro de 2001, em seu artigo segundo³, considerando diretrizes, objetivos e metas dos Planos Nacional e Estadual. Todavia, respeitará necessidades e exigências locais, já que, o mesmo deve defender “um tipo de educação, definida com modéstia, mas com a ambição de não fazer nada menos do que se pode fazer”⁴ em prol de transformações significativas e reais para o desenvolvimento do Município.

Por fim, compreender que as buscas e transformações simbolizam compromissos, um horizonte a ser perseguido. Mudanças não são um estado estável, que uma vez atingido possa ser mantido à própria compreensão, tem também altos graus de subjetividade e determinação histórica, na medida em que os indivíduos e a própria sociedade consideram ter bom desenvolvimento, buscando assim, ampliar seus horizontes.

² Confúcio – Suas idéias deram origem a um sistema de princípios filosóficos e morais que serviu de normas de comportamento

³ Art. 2º. A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

⁴ Frase extraída do discurso pronunciado pelo então Ministro da Educação e Cultura, professor Darcy Ribeiro, no ato da entrega do 1º. Plano Nacional de Educação em 1962.



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



A - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO SANTA TEREZINHA

ASPECTO HISTÓRICO

Segundo documento público local o povoado de Santa Terezinha (o qual pertencia ao município de São José do Egito - Pernambuco) foi fundado no ano de 1929. O comércio deu origem ao município, pois os comerciantes da cidade de São José de Egito, negociavam em Imaculada Paraíba. Porém, eles (os imaculadenses) se sentiam prejudicados, considerando que os comerciantes pernambucanos invadiam seu espaço. Com isso, os fiscais de Teixeira – Paraíba passaram a cobrar imposto muito alto, por esse motivo resolveram fazer uma feira no lugar chamada Sítio Caldeirão, onde paravam para o descanso. Na época os comerciantes eram: José Romão de Araújo, José David de Vasconcelos, Manoel Veras, Nilo Veras, Napoleão Florentino, Cícero Macena e José Alves de Melo. Este evento aconteceu no dia 29 de Maio de 1929, onde neste mesmo dia foi celebrada a primeira missa pelo Padre Sebastião Rabelo, debaixo de uma arvore de nome “sombrião” próximo ao açude do governo.

O primeiro nome dado ao povoado foi “CALDEIRÃO DAS BESTAS” devido à existência de um tanque esculpido naturalmente que ficava na propriedade da família Virgulino, e nesse tanque morriam muitas bestas (equino fêmea), devido a uma pedra escorregadia que dava acesso à água. O segundo nome foi “FEIRA NOVA” em virtude do sucesso da primeira feira. O terceiro e último nome “SANTA TEREZINHA” foi dado pelo Padre Sebastião Rabelo, em comum acordo com os habitantes, tendo em vista a devoção que muitos desta localidade tinham para com a referida Santa.

Conforme consta no arquivo público deste município, as primeiras residências deste lugar foram as do senhor Virgulino José dos Santos, José Damião dos Santos e Joaquim Martins. No início da formação existiam apenas três casas populares, começando a surgir depois as primeiras edificações. Este povoado ficou sob o domínio de São José do Egito até o dia 20 de dezembro de 1963, quando se deu a emancipação política e a sua elevação à categoria de cidade pela Lei nº. 4.990 de 20 de dezembro de 1963, na ocasião foi nomeado Prefeito Interino o Senhor João Ferreira Silva, que permaneceu no governo durante três anos,



governou com dificuldades financeiras, usando inclusive recursos próprios, pois contava apenas com uma pequena ajuda de impostos de chão de feira e recursos mínimos do governo do Estado. Desde a sua emancipação o município foi administrado por dez prefeitos, cada um deixou seu marco de administrador, com obras que contribuíram para o desenvolvimento local.

Fontes: Anais do Poder Público Municipal

ASPECTO GEOGRÁFICO

O Município de Santa Terezinha está inserido no Sertão de Pernambuco, na micro-região do Pajeú e conta com dois distritos: Vila do Tigre e Vila do Espírito Santo, antes chamada de Serra do Machado. Totaliza superfície de 278 km², limita-se ao Norte, com o Estado da Paraíba e Brejinho, ao Sul, com os municípios de Tabira e São José de Egito; ao Leste, com São José do Egito e ao Oeste, com a Paraíba, ficando a uma distância de 440 km da capital do Estado de Pernambuco. Sua altitude é de 733 metros acima do nível do mar. O clima é semi-árido, com uma temperatura média de 24°C e precipitação pluviométrica anual de 791 mm.

O Município conta apenas com pequenos riachos e a Bacia Hidrográfica mais próxima é o rio Pajeú. Conforme verificado, o total de poços perfurados em 1997 é de 45, registrando-se, também, um total de 5 (cinco) barragens com capacidade de 2.682.713 m³.

A vegetação predominante no município é a Caatinga Hipoxerófila, sendo que a textura do solo varia entre argilosa, arenosa e pedregosa. Uma prática na região é a da extração vegetal para transformar em carvão, sendo que este, contribui muito para a devastação do ambiente, uma vez que, o reflorestamento é mínimo, sem que haja muitas alterações para os pequenos produtores e para os trabalhadores sem terra do Município.

ASPECTO DEMOGRÁFICO

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, o município de Santa Terezinha possui uma população constituída da seguinte forma:



População Rural	População Urbana	Total
4,379	5.850	10.229

Fonte: IBGE / 2000

Observa-se que o último Censo Demográfico realizado em 2007, apresenta um decréscimo populacional de 295 pessoas, assim distribuídos:

População Rural	População Urbana	Total
4.192	5.670	9.934

Fonte: IBGE.

Atualmente o Município conta em sua estrutura com 46 sítios, no entanto, observa-se que no período de 2000 a 2003 ocorreu um acentuado êxodo rural e migrações internas, mediante a difícil situação que o mesmo enfrenta em decorrência de longos períodos de estiagem.

ASPECTO ECONÔMICO

AGRICULTURA

O município de Santa Terezinha é predominantemente agropecuário. Tem sua base produtiva no Setor Primário, que em 1999, destacava-se pelo percentual de 70.9% do total das atividades produtivas, de economia que predomina a atividade agrícola, Santa Terezinha tem como principais culturas temporárias: o feijão, o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar, o arroz, a palma forrageira, o algodão, entre outros. As principais culturas permanentes são: a banana, laranja, manga, coco baia, o caju, entre outros.

PECUÁRIA

Um aspecto econômico importante é a Pecuária, cujo rebanho principal é o bovino com uma produção de leite de 606 mil litros. Ainda destaca-se a criação de aves com uma produção de ovos de 59 mil dúzias / ano. Veja a distribuição da pecuária no Município no quadro a seguir:

REBANHO	UNIDADES
Bovinos	4.749
Suínos	574
Eqüinos	150
Asininos	170
Muare	41
Caprinos	1.102
Aves	62.000
Vacas Ordenhadas	827

Fonte: IBGE (2000).

FINANÇAS

No setor financeiro, o município dispõe apenas de uma Agência do Banco do Brasil, um Banco Postal do Bradesco, uma Lotérica da Caixa Econômica Federal e vários estabelecimentos de serviços comerciais.

O ramo industrial é composto de duas indústrias de pequeno porte que empregam aproximadamente 70 pessoas, sendo uma de beneficiamento de castanha e a outra de produção de grampos, telas, etc.

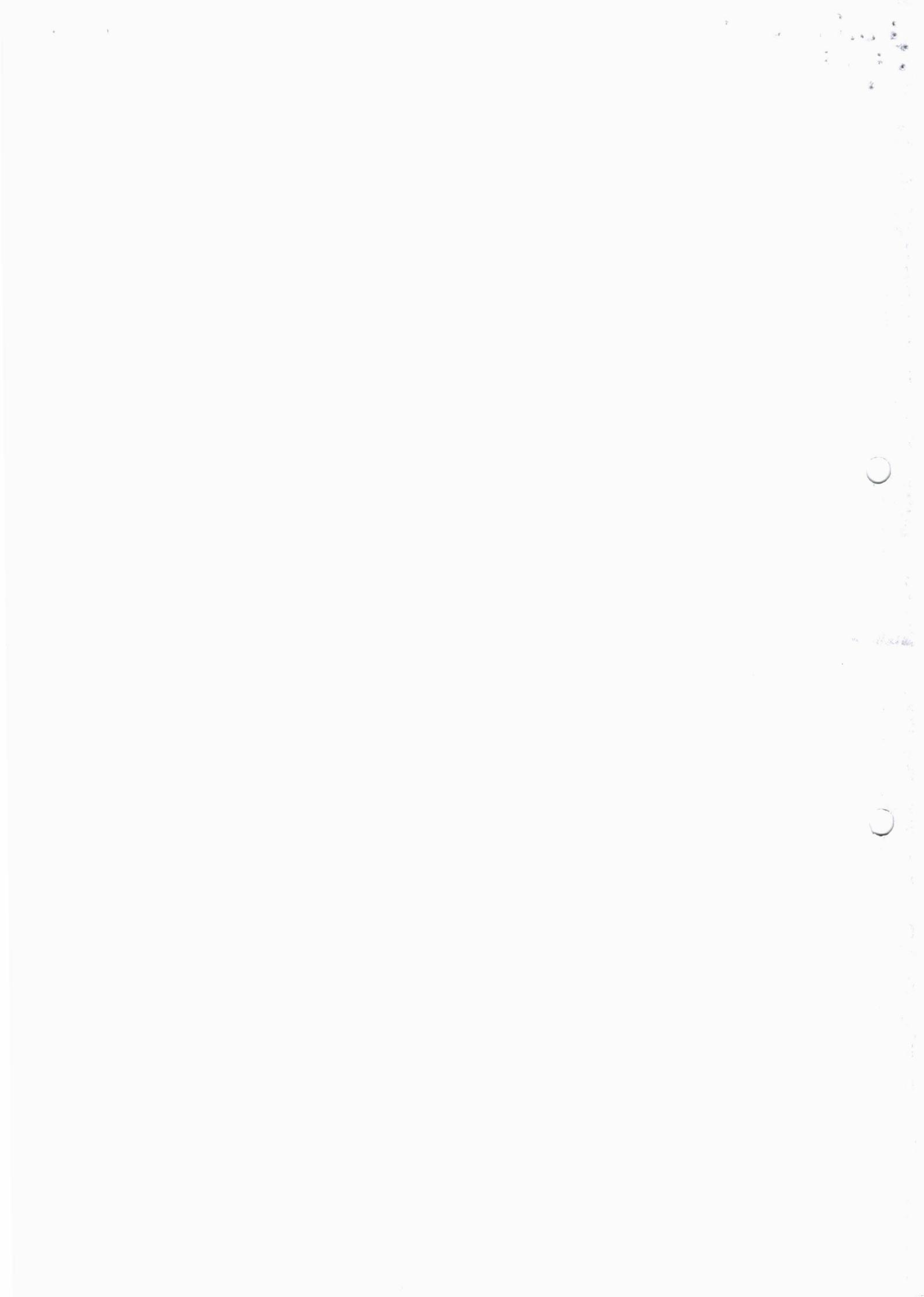
Santa Terezinha tem um comércio de porte pequeno e vivencia expressivas dificuldades em função do longo período de estiagem e das altas taxas de juros bancários, entre outros problemas que dificultam as vendas e compras.

É importante registrar também que a comercialização das culturas agrícolas é feita predominantemente por atravessadores, que muito prejudicam os agricultores locais.

TRANSPORTE

Santa Terezinha está localizada a 440 km. da capital do Estado. Sua ligação com o Recife e com outros municípios adjacentes se efetiva através da BR. 110 e das vias de acesso PE. 285, PE.320, PE. 275 e PE.280.





A ligação de Santa Terezinha com a Zona Rural e os povoados é procedida através de carros particulares, motos, bicicletas etc.

O Município não dispõe de linha de ônibus nem Terminal Rodoviário de passageiros para fazer o atendimento intermunicipal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – PE .

ÁREA DE COMUNICAÇÃO

O Município tem avançado consideravelmente na área de comunicação, uma vez que, o nível de expansão telefônica tem aumentado de forma significativa para atender a demanda, inclusive com acesso ao telefone celular e a internet através do sistema de banda larga, favorecendo o acesso a comunicação da população.

Há também, distribuídos pela Zona Rural, 03 orelhões, onde as comunidades locais são beneficiadas o que ainda é pouco para atender de forma satisfatória a população rural existente, já na Zona Urbana é grande a quantidade de orelhões para o atendimento da população.

Em relação aos sinais de TV, o Município capta os sinais através de antenas parabólicas particulares e um sistema de captação precário que dá acesso as imagens da SBT, REDE GLOBO, BANDEIRANTES e RECORD. O Município é servido ainda pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha e entrevistados da comunidade.

ASPECTO DA INFRA-ESTRUTURA

SANEAMENTO

Ainda são insuficientes as ligações e extensões de esgotos na sede do Município. É importante ressaltar que de modo geral o Saneamento básico no centro da cidade tem condições relativamente boas. Porém, na periferia da cidade e na zona rural, praticamente





inexiste. Fator este que contribui intensamente para aumentar a incidência de verminoses e outras doenças que são produtos da falta de higiene.

Quanto às instalações sanitárias, em 1991, existiam 2.019 domicílios, dos quais apenas 822 (40.71%) possuíam instalações sanitárias.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

O Município de Santa Terezinha é abastecido pela COMPESA. Em 1995, segundo o IBGE, existia no Município um total de 2.019 domicílios, que apresentava a seguinte realidade:

Domicílios	Unidades	%
Com canalização interna	538	26.65
Sem canalização interna	1.481	73.35

Fonte: IBGE.

O abastecimento d'água, como mostra o quadro acima é insuficiente na área urbana. Mas com a construção da barragem do Zé Antonio e a ampliação do sistema, esta condição se modificou consideravelmente. Enquanto que, na área rural, o abastecimento se dá via carros pipas, poços artesianos, poços amazonas, cisternas, barreiros e açudes, o problema só se agrava no período de estiagem, quando os reservatórios reduzem seu volume de água.

ENERGIA

O município de Santa Terezinha é atendido pela CELPE, que se encarrega da distribuição e manutenção do serviço na sede e na zona rural, tanto a nível residencial como comercial.

Dados do IBGE apontam em 1996, um total de 1.754 consumidores cadastrados, para um consumo anual aproximado de 1.142(Mwh), como mostra o quadro abaixo:

CONSUMIDORES	UNIDADES	(Mwh)
Residencial	1.754	1.142
Industrial	8	58
Comercial	122	137
Rural	33	60





Públicos	52	468
TOTAL	1.969	1.865

Fonte: IBGE.

Ainda em 1996, o IBGE, indica um total de 663 propriedades rurais eletrificadas, para um total de 1.529 propriedades. Atualmente, são poucas as comunidades rurais sem eletrificação.

HABITAÇÃO

Santa Terezinha possui áreas de moradias pobres, tanto na zona rural quanto na sede. São casas que não contam com abastecimento d'água, instalações sanitárias adequadas, energia elétrica, etc.

Através de o Programa Habitar Brasil, o poder público municipal construiu no ano de 1998, 17 casas, e em 1999, mais 11 casas, para pessoas de baixo poder aquisitivo, reduzindo os problemas de habitação do município.

CULTURA E LAZER

No dia 03 de Outubro, o município de Santa Terezinha realiza a da festa da Padroeira "Santa Terezinha", um dos acontecimentos sociais, importante e histórico.

As festas populares mais significativas e movimentadas no município estão divididas em três grupos que são:

1. Festas Profanas: Carnaval; o João Pedro (festa junina realizada fora de época, no mês de Julho); Festa do Caju.
2. Festas Religiosas: Novenário, Festas dos Padroeiros (São José e Santa Terezinha na sede) e nas comunidades rurais: São Sebastião (Vila do Tigre), São Miguel (Felipe), além da festa Natalina.
3. Festas Esportivas: Vaquejadas, Torneios e Campeonatos Esportivos.



Os grupos folclóricos são poucos e periódicos. Os grupos de dança Força Nordestina e Mistura Quente, bem como o grupo de teatro Novo Horizonte são os que fazem um trabalho mais permanente.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha e entrevistados da comunidade.

ÁREA DE SAÚDE

O sistema de saúde brasileira é conhecido pela sua precariedade e insuficiência, caracterizando-se pela prestação de serviços insatisfatórios e de má qualidade.

Deste modo, o município de Santa Terezinha retrata todas as deficiências da política de saúde a nível nacional e estadual, considerando que o processo de democratização e municipalização da saúde trouxe muitas responsabilidades sem os devidos recursos.

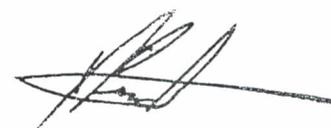
As doenças mais incidentes são: crise asmática, broncopneumonia, insuficiência cardíaca, desnutrição, acidente vascular cerebral (AVC), doença pulmonar crônica, entre outras.

O plano de carência nutricional tem combatido a desnutrição, com bons resultados. A cobertura vacinal alcança alto índice, principalmente na aplicação da tríplice, sarampo e BCG. Acima do índice somente a vacina contra poliomielite.

Localizado na 10ª Diretoria Regional de Saúde – Dires, cuja sede é em Afogados da Ingazeira, para onde são encaminhados os pacientes cuja necessidade de atendimento é mais complexa.

O município dispõe de 1 (UMA) Unidade Mista desde de 1982, e atualmente dispõe de 6 Postos de Saúde 04 com PSF(Programa de Saúde da Família) e 2 de apoio aos PSF, distribuídos nas comunidades e na sede municipal. As políticas sociais na área da saúde municipal exercem papel fundamental para o aumento do nível de vida da população.

Dentre os fatores que contribuíram para essa diminuição pode-se destacar alguns programas dentre eles, o Programa de Saúde da família (2000), quator equipes de PSF,



100

100

100

composta por médico, enfermeira-chefe, técnico em enfermagem e agentes comunitários de saúde que atendem em média 900 famílias cada equipe.

A saúde bucal já é acesso de todos, o odontólogo atende diariamente nos postos de saúde, assim como também, realiza visitas as escolas e creches municipais informando e distribuindo quites de higiene bucal.

ÁREA SOCIAL

Em Santa Terezinha, como nos demais municípios do Pajeú a área social expressa às condições de vida do segmento populacional com pouco ou nenhum acesso à economia, à produção e aos serviços e, portanto, também com sérias dificuldades de acesso aos direitos sociais.

O crescimento do desemprego no país tem se reproduzido nas pequenas cidades do interior, alimentando o êxodo rural. Devido o pauperismo das famílias é comum a ida de pessoas pedintes às ruas, nas diferentes faixas etárias.

Na cidade já é notável o número de crianças e adolescentes pelas ruas em busca de trocados ou até mesmo, comida, resultante da situação de pobreza.

Apesar das dificuldades o município tem buscado junto ao Governo Federal a implantação de programas fundamentais para a melhoria das condições de vida para a população em especial aquelas mais carentes, em 1999 o Projeto Alvorada beneficiou a população com melhores condições de urbanização e saneamento básico, o PETI 2001 (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o bolsa escola diminuíram a incidência na evasão escolar, tivemos ainda em 2002 a bolsa alimentação e o vale gás, atualmente contamos também com CRAS(Centro de Referências de Assistência a Família); CREAS(Centro Especializado de Assistência as Família); PROJOVEM - Programa de atendimento a adolescentes de 15 a 17 anos que participam do bolsa família, é certo que estes são programas do Governo Federal mas fortalecidos pela administração municipal em parceria com o Estado e a sociedade.



ASPECTOS EDUCACIONAIS

O Município de Santa Terezinha conta com 23 escolas, sendo 01 da rede estadual; 22 da municipal e 01 da privada. As referidas escolas, em sua maioria, funcionam nos três turnos e estão distribuídas entre a zona rural e urbana.

Quando Demonstrativo de Matrículas / 2008

Nível Modalidade de Ensino	total
Educação infantil	556
Ensino Fundamental	2.078
Ensino Médio	663
Educação Especial	05
E.J.A. Presencial	208

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Tabela 1.

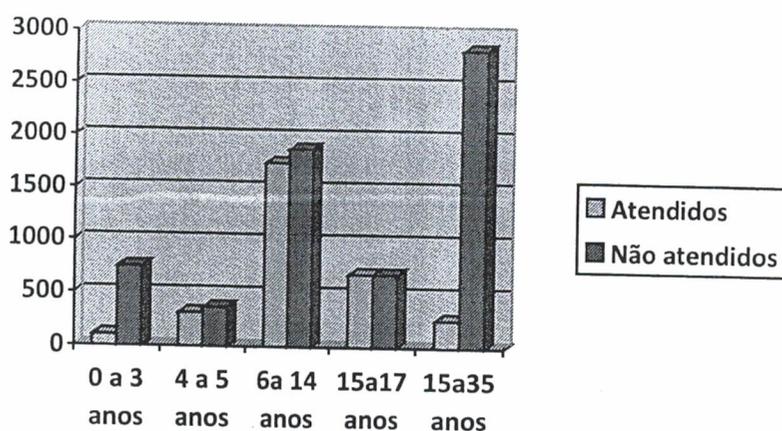
QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR MODALIDADE DE ENSINO EM SANTA TEREZINHA – 2005 – 2008

ANO	ENS. INF.	ENS.FUND.	ENS. MÉDIO	EDUC. ESPECIAL	EJA	TOTAL
2005	500	3.396	555	10	410	3.871
2006	544	2.242	634	12	427	3.859
2007	465	2.164	682	23	362	3.696
2008	556	2,078	663	05	208	3.510

Percebe-se na matrícula geral um decréscimo no atendimento, observando-se uma sucessiva ampliação no Ensino Infantil e Médio. A taxa de analfabetismo em 1991 entre a população escolar de 11 a 14 anos era de 25.8% e entre a população de 15 anos ou mais era de 48.0%. Mas com a implementação de novas importantes ações este quadro modificou-se consideravelmente, apresentando em 2000 um índice de analfabetismo entre a população de 10 a 15 anos passa para 13,5 % e a de 15 ou mais anos para 33,6%.



Situação da Educação no Município de Santa Terezinha – PE / 2007

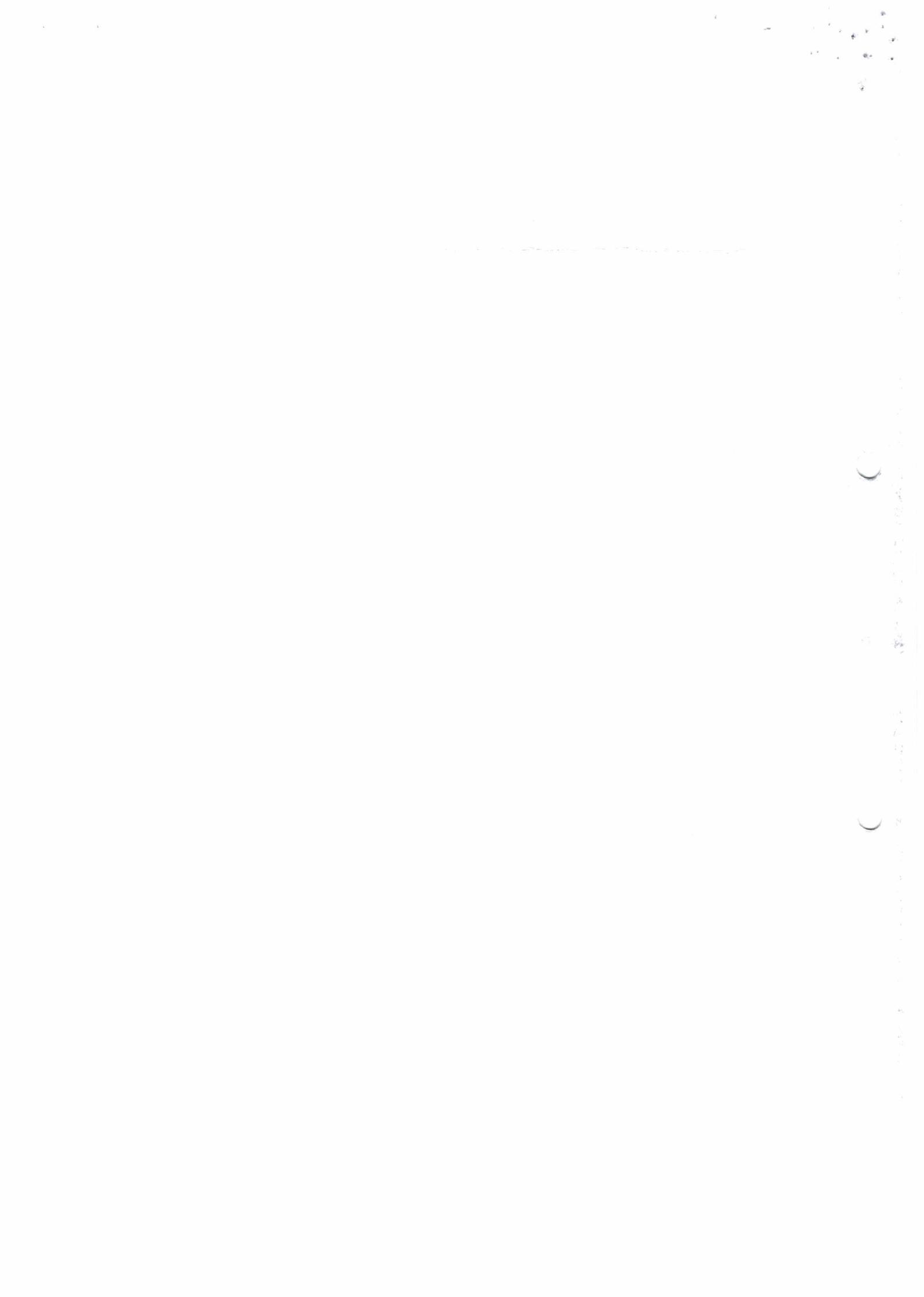


Tendo em vista a contagem da população em 2007 a análise do quadro de atendimento da demanda, foi feita considerando 2007 como ano base, observa-se que o Município tem um bom atendimento no Fundamental e Médio, no entanto, este último apresenta 100% de atendimento, isto ocorre porque o Município recebe muitos alunos de Municípios vizinhos o que amplia este atendimento no Ensino Médio.

Observa-se também que há um déficit de atendimento na demanda de 15 a 35 anos, apesar de todos os investimentos feitos em parceria com o governo federal através dos programas de alfabetização de jovens e adultos com o Brasil Alfabetizado, além destes contamos com programas direcionados ao Ensino Fundamental como o Se Liga que tem como objetivo diminuir o déficit de aprendizagem e a distorção idade – série, além da adesão ao Ensino Fundamental de nove anos com o Programa Alfabetizar com Sucesso, estes na área urbana, já na zona rural contamos com a Escola Ativa um programa que veio para viabilizar o trabalho dos professores nas classes multisseriadas e PEADS (Proposta Educacional de apoio ao Desenvolvimento Sustentável), para atender de forma mais específica a Educação no Campo, tendo em vista o que reza a LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Os alunos dispõem de merenda escolar, material didático e transporte escolar. Este último garantido pela prefeitura para possibilitar o acesso dos estudantes da zona rural, à escola. A Prefeitura conta com a efetiva ajuda do MEC/FNDE e FAE.

1. OBJETIVOS

Tendo em vista o que determina o PNE quanto aos objetivos em promoção da Educação Nacional, o município de Santa Terezinha tem como objetivos:



1. Elevação do nível de escolaridade da população;
2. Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
3. Redução das desigualdades sociais local, no acesso e no sucesso escolar;
4. Democratização da gestão do ensino público, pela participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica e pela participação da sociedade nos conselhos escolares.

2. PRIORIDADES

De acordo com o PNE e as necessidades locais, para garantir um ensino de qualidade, priorizamos:

1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando seu ingresso, permanência e conclusão deste nível;
2. Garantia de ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando seu ingresso, permanência e conclusão deste nível;
3. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
4. Ampliação do atendimento dos demais níveis de ensino;
5. Valorização dos profissionais da educação;
6. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

II - NÍVEIS DE ENSINO

A - EDUCAÇÃO BÁSICA

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

DIAGNÓSTICO



Considerada a primeira etapa da Educação Básica, graças a LDB, lei 9394/96, a Educação Infantil vem recebendo um atendimento onde se constata uma melhoria considerável embora se deva reconhecer que ainda é nova para nós, pois conta apenas com 150 anos de história marcada por realizações, mas também por grandes problemas, os quais refletem até hoje em práticas pedagógicas com crianças de 0 a 5 anos principalmente no que diz respeito a concepção assistencialista.

A expansão do número de escolas infantis é lenta e seus programas sempre enfrentam obstáculos para serem executados. Em decorrência disso, fica de fora da escola uma demanda que nem aparece nas estatísticas.

O grande impulso dado ao novo tratamento para com a Educação Infantil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e posteriormente pelo Plano Nacional de Educação foi a Constituição Federal de 1988 e ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990 surgindo assim um novo espaço para a Educação Infantil nas políticas públicas. Sabemos que a desigualdade social em nosso país é grande, o que não é diferente em nosso município. Basta considerar o nosso IDH que é inferior a 0,700 característico de uma população que apresenta um déficit social e cultural.

É por essa razão que não podemos esquecer o quanto a educação é essencial em nossa vida, principalmente nos chamados anos decisivos, quando a criança precisa ter acesso à educação, à cultura, à saúde, ao lazer, à convivência familiar e social, direitos essenciais à formação integral do educando.

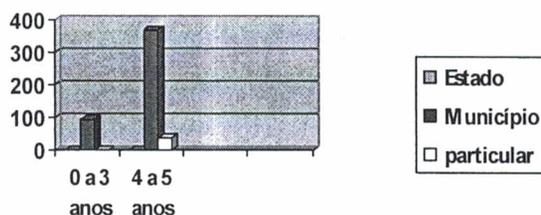
Nossa clientela ainda não tem todos esses direitos atendidos. Uma boa parte apresenta problemas que influenciam na aprendizagem, grande parte é oriunda de famílias de baixa renda, pais desempregados que sobrevivem de programas sociais, mães que ainda vêm a instituição como um local onde alguém cuidará das crianças e assim as deixam enquanto realizam seus afazeres domésticos o que vem justificar nosso atendimento atual num total de 556 alunos de 0 a 5 anos. Essa realidade mostra a necessidade que o município tem prover meios para intensificar a qualidade na Educação Infantil e ampliar consideravelmente o atendimento.



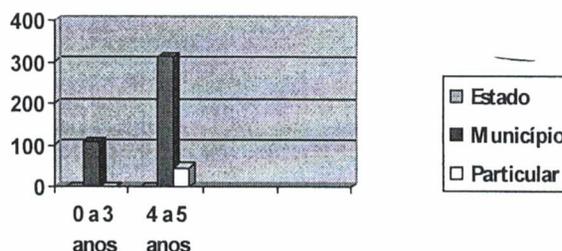
E na perspectiva de implantar / Implementar políticas públicas voltadas para o atendimento a crianças na faixa etária de 0 a 5 (Educação Infantil) é que, o município em consonância com as leis vigentes, vem firmar compromisso de atender 30 % da demanda que se encontra fora da escola.

Observe-se a evolução do atendimento das crianças em Creches e Pré-Escola até os 5 anos de idade.

ANO BASE 2005

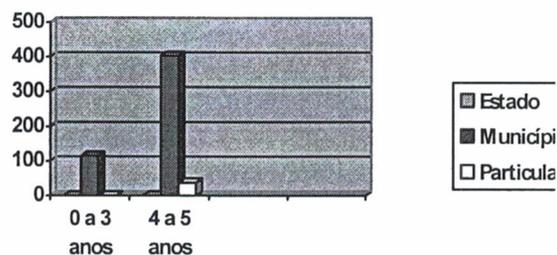
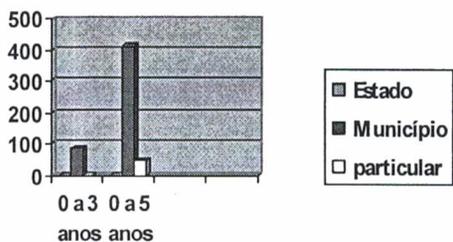


ANO BASE 2007



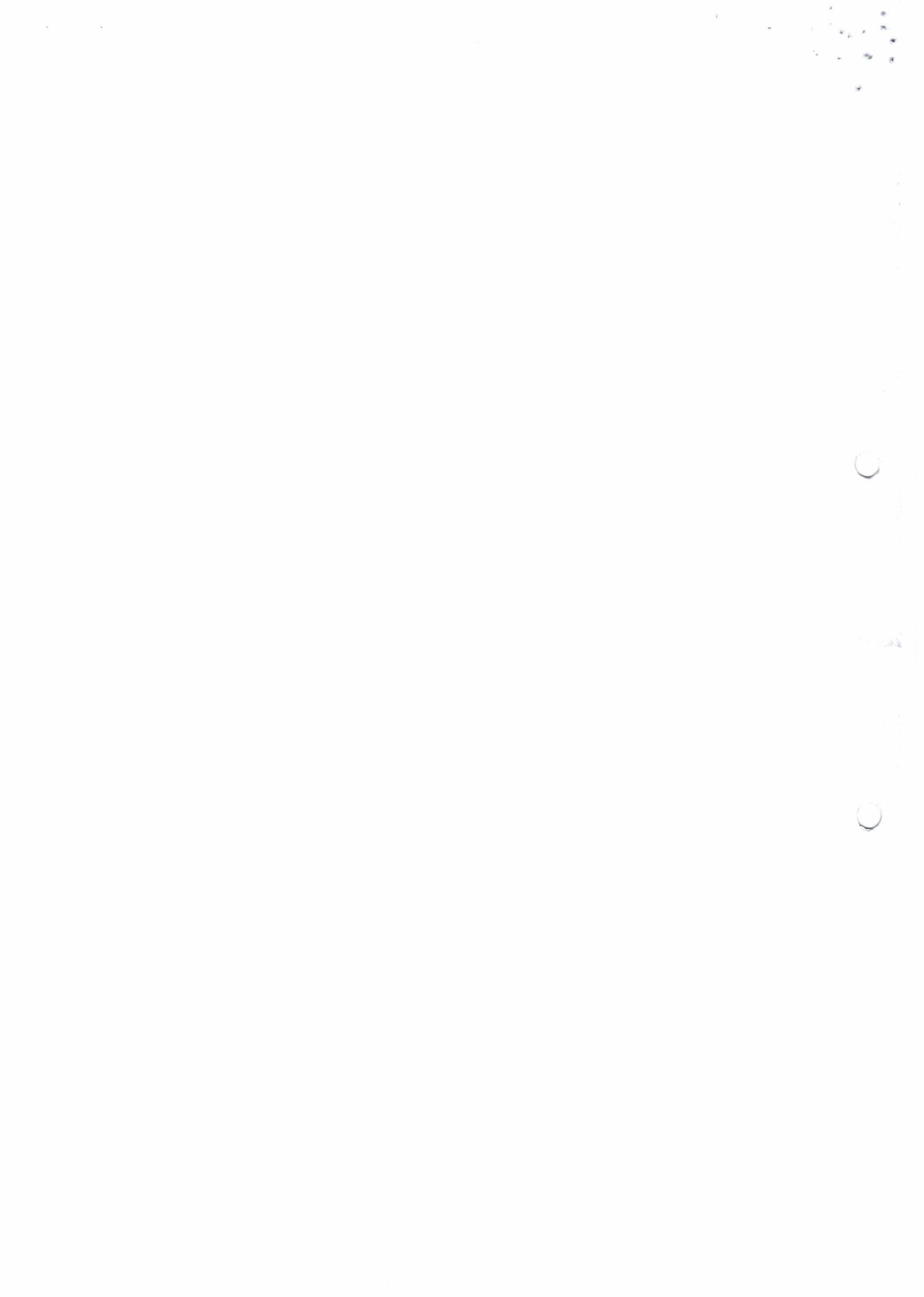
ANO BASE 2008

ANO BASE 2006



A rede Municipal de ensino conta com 13(treze) prédios que atendem crianças na faixa etária de 3 a 5 anos sendo três na zona urbana e 10 (dez) na zona rural 1(uma) delas pertence a rede particular de ensino. Destas três, estão mais adequadas a esse atendimento. As demais estão localizadas na zona rural, são escolas comuns que atendem também crianças do Ensino Fundamental, com estrutura pouco adequada para crianças da Educação Infantil. Conclui-se, portanto que, todas elas encontram-se distantes dos padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento desta modalidade.

O quadro de professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, atinge um total de 25. Todos tem formação em curso de habilitação para Magistério / Normal ou Nível Superior.



Sabemos que a desigualdade social em nosso país é grande, o que não é diferente em nosso município. Basta considerar o nosso IDH que é inferior a 0,700 característico de uma população que apresenta um déficit social e cultural.

É por essa razão que não podemos esquecer o quanto a educação é essencial em nossa vida, principalmente nos chamados anos decisivos, quando a criança precisa ter acesso a educação, à cultura, à saúde, ao lazer, à convivência familiar e social, direitos essenciais à formação integral do educando.

Nossa clientela ainda não tem todos esses direitos atendidos. Uma boa parte apresenta problemas que influenciam na aprendizagem, grande parte é oriunda de famílias de baixa renda, pais desempregados que sobrevivem de programas sociais, mães que ainda vêm a instituição como um local onde alguém cuidará das crianças e assim as deixam enquanto realizam seus afazeres domésticos o que vem justificar nosso atendimento atual num total de 556 alunos de 0 a 5 anos. Essa realidade mostra a necessidade que o município tem prover meios para intensificar a qualidade na Educação Infantil e ampliar consideravelmente o atendimento.

DIRETRIZES

A seriedade e a importância da etapa infantil requer implementação de ações sistemáticas, possibilitando que todas as relações construídas no interior das escolas que oferecem essa modalidade sejam formativas. Disto decorre a necessidade de que as instituições norteiem seu trabalho em uma proposta pedagógica fundamentadas na concepção de criança e de Educação Infantil tendo como base os dispositivos legais como: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente e Diretrizes Curriculares Nacionais.

A criança, ao contrário do que era considerada no passado, mostra-se como um ser que pensa, tem sentimentos e emoções e, portanto é participante ativa do mundo. Portanto, lidar, relacionar-se com as crianças nos dias de hoje, alcança uma dimensão que vai além da guarda, proteção e assistência. Demanda para um objetivo muito mais amplo que é o de educar e cuidar proporcionando a ampliação dos seus conhecimentos e experiências e de



alcançar seus expressivos graus de autonomia, respeitando sua individualidade e formas de aprender.

A educação nessa fase visa, de forma integrada, favorecer o desenvolvimento infantil, nos aspectos físicos, motor, emocional, intelectual e social, promover a ampliação das experiências e dos conhecimentos infantis, estimulando o interesse da criança pequena pelo processo de transformação da natureza pela dinâmica da vida social e contribuir para que sua interação e convivência na sociedade sejam produtivas e marcadas pelos valores da solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

Para que isso aconteça, é importante que as ações pedagógicas se baseiem nos fundamentos abordados nas diretrizes curriculares Nacionais:

1. Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da sociedade e do respeito ao bem comum.
2. Princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e o respeito à ordem democrática.
3. Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

A Concepção de Educação Infantil que se tem atualmente, integra as funções de educar e cuidar como sendo função complementar à ação da família exige que os adultos que atuam na área sejam reconhecidos como profissionais, sendo assim, lhe devem ser assegurados condições de trabalho, plano de carreira, salário, formação continuada e qualificação específicas para os trabalhadores não docentes.

O Município de Santa Terezinha vivenciará diretrizes voltadas para os profissionais de Educação Infantil que lidam com as crianças, seja de forma direta ou indireta as quais são:

1. A valorização do profissional de Educação Infantil, no que diz respeito a condições de trabalho, plano de carreira, remuneração e formação.



2. Formas regulares de formação e especialização, bem como mecanismos de atualização dos profissionais dessa modalidade devem ser assegurados inclusive para atender crianças com necessidades educacionais especiais.
3. A formação inicial em nível médio e superior, dos profissionais de Educação Infantil deverão contemplar em seu currículo, conteúdo específico relativos a esta etapa educacional.
4. A formação do profissional de Educação Infantil, bem como de seus formadores, deve ser continuada de acordo com as diretrizes expressas no presente documento.

Um trabalho pautado nessas diretrizes nos faz pensar em uma educação que dê conta de formar pessoas para se situarem dignamente neste século e milênio. E a infância é o momento propício para guardar os procedimentos e ações a fim de que lhe sejam proporcionadas às condições de pleno desenvolvimento psíquico, intelectual e social.

OBJETIVOS

1. Expandir as ofertas de vagas para as crianças de zero a cinco anos.
2. Buscar parcerias efetivas com setores sociais a fim de atender a necessidades básicas das crianças.
3. Garantir os padrões mínimos de funcionamento das instituições de Educação Infantil.
4. Garantir programas de formação continuada para profissionais de Educação usando fortalecer a concepção de Educação Infantil definida neste documento.
5. Atualizar a proposta pedagógica de cada escola tendo em vista as exigências do mundo contemporâneo e as novas tecnologias.
6. Oferecer um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da educação Infantil no Município.
7. Fortalecer os mecanismos de colaboração entre os setores de educação, saúde e assistência social.





8. Garantir alimentação e material necessário ao atendimento pedagógico da clientela infantil.
9. Fornecer material pedagógico adequado a faixa etária e as necessidades do trabalho.
10. Assegurar a implantação de creches para atendimento de crianças de 0 a 2 anos e meio.

METAS

- Ampliar a oferta em 5 anos para atender a 30 % da população de até 3 anos e 20 % de 4 a 5 anos.
- Garantir em 5 anos padrões mínimos para funcionamento das instituições de Educação Infantil.
- Em 5 anos Adaptar os prédios de Educação Infantil aos padrões mínimos de infra – estrutura.
- Em 5 anos estabelecer programa de formação em serviço para atualização permanente e aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Infantil.
- Atualizar a cada 2 anos a proposta pedagógica das escola com a participação de profissionais da Educação Infantil e elaborar de imediato este documento para aquelas escolas que ainda não possuem.
- Em 5 anos garantir um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da Educação Infantil no município visando apoio técnico pedagógico para melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais.
- Instituir em 3 anos mecanismos de colaboração entre os setores de educação, saúde e assistência social na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento as crianças de 3 a 5 anos.
- Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na Educação Infantil, observando os padrões de qualidade.



- Em 3 anos assegurar fornecimento de materiais pedagógicos adequados à faixa etária e as necessidades do trabalho educacional com crianças de 3 a 5 anos.
- Em 5 anos incluir as creches ou entidades equivalentes no sistema nacional de estatísticas educacionais.

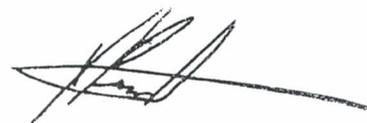
2 – ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO

A Constituição Brasileira de 1988 no art. 208 afirma com ênfase que a “Educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família, sendo o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. A Lei Orgânica de 1990 do Município de Santa Terezinha reforça essa idéia em seus artigos 160 e 161, visando o pleno atendimento da demanda no município em consonância com a Lei Federal e Estadual, inclui ainda, o atendimento no ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

A LDB, no capítulo V, destinado à Educação Especial, prevê duas situações possíveis para organização do atendimento aos educandos: participação nas classes regulares, com serviços de apoio especializados, quando necessário (§ 1º), salas especiais ou escolas e serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (§ 2º). O município, em pleno acordo com a LDB procura atender às crianças portadoras de necessidades especiais, incorporando em sua Lei Orgânica de 1990, no art. 161, inciso II a garantia do atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais.

Em Santa Terezinha, o Ensino Fundamental é oferecida pela rede municipal, estadual e privada. Esta conta com 32 prédios escolares na Zona Rural incluindo a escola da Vila do Tigre, sendo que estão desativadas 13 escolas devido à quantidade de alunos ser insuficiente para a realização dos trabalhos, foi necessário a nucleação de algumas instituições rurais.



No município de Santa Terezinha a rede pública e privada não apresenta insuficiência de vagas, no entanto percebemos claramente que o nível sócio-econômico da população influencia significativamente nos resultados escolares da clientela, em especial as crianças que são frutos da população menos favorecida que encontra-se em sua maioria na zona rural e passam a primeira fase do ensino fundamental em salas multisseriadas, onde um mesmo professor atende a alunos de séries e faixa etária diversificadas.

ZONA URBANA

Na Zona Urbana o município dispõe de três escolas que atendem ao Ensino Fundamental, sendo uma estadual (Escola Santa Terezinha) com 412 alunos, a Escola Nova Conquista com 121, uma Municipal (José Paulino de Siqueira) com um total de 1.067, esta devido a demanda de atendimento deste nível de ensino, ser muito alta, a escola vem desde 2003 apresentando dificuldades para comportar todos os alunos em seu prédio, para solucionar este problema a Secretaria Municipal de educação, tem ao longo destes anos tentando solucionar o problema com o atendimento das turmas excedentes em outros espaços públicos ou salas alugadas, atualmente são 7 (sete) turmas das séries iniciais que funcionam fora da escola. Este é um problema que necessita de um olhar mais cuidadoso, para que o município possa garantir de forma mais efetiva as condições mínimas de funcionamento desta escola, por isto a atual administração do Setor Educacional do Município tem a pretensão de ampliar a Escola José paulino de Siqueira, para atender a demanda com melhores condições.

O Município tem se preocupado de forma significativa com os resultados do ensino que oferece e neste sentido aderiu a programas de fortalecimento da aprendizagem como: Se liga e Acelera que tem como objetivo a correção de fluxo nas séries iniciais, para esta modalidade temos também o programa Alfabetizar com Sucesso e nas séries finais o Projeto Cooper Jovem.

SE LIGA E ACELERA

Os profissionais do setor educacional do município de Santa Terezinha enfrentam dificuldades em relação à distorção idade-série, pois são muitos os casos, e estas crianças e



adolescentes fora de faixa apresentam sérios problemas de aprendizagem o que dificulta e às vezes até impede o bom andamento da prática pedagógica, mediante tal realidade o município aderiu ao Programa Se Liga do Instituto Airton Senna, visando senão solucionar, ao menos reduzir o índice de distorção idade-série e alfabetizar crianças e adolescentes que estão na escola há anos e apesar disso não conseguem ler e escrever de forma convencional.

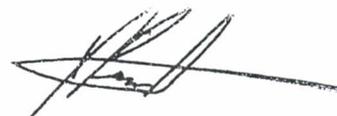
No Plano Nacional de Educação consta que o turno integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de minimizar a repetência. O município de Santa Terezinha conta atualmente com 04 turmas inseridas no Programa do Instituto Airton Senna o “Se Liga” onde mais de 70 crianças e adolescentes fora de faixa têm a possibilidade de ter atendimento diferenciado visando assim, um melhor desempenho e a sua permanência na escola.

ALFABETIZAR COM SUCESSO

O programa Alfabetizar com sucesso / Circuito Campeão tem como objetivo atender as crianças a partir de 6 (seis) anos de idade de forma a diminuir o alto índice de reprovação das séries iniciais, creditando no desenvolvimento do potencial das crianças para que possam exercer plenamente sua cidadania.

O programa tem metas estabelecidas e contam com instrumentos gerenciais e pedagógicos para acompanhamento do processo de ensino aprendizagem. Com base no gerenciamento dos indicadores acompanhados e dos resultados da avaliação processual da aprendizagem, as equipes são sistematicamente orientadas e incentivadas a tomar decisões, a intervir e a replanejar o trabalho para que a meta possa ser alcançada.

Para apoiar os professores no desenvolvimento das capacidades de expressão de seus alunos foram elaboradas as Matrizes de Habilidades – IAS(Instituto Airton Sena) para o contexto específico da alfabetização. Elas devem subsidiar o planejamento de ensino e conseqüentemente, as atividades das aulas, seja qual for o método de alfabetização. A alfabetização tem suas especificidades e exige que o alfabetizador domine técnica própria para este fim do conhecimento sobre a língua portuguesa a ser ensinada.



O Município atende na área urbana na Escola Municipal José Paulino de Siqueira 11 turmas sendo 4 turmas de 1º ano, 3 turmas de 2º ano e 4 turmas de 3º ano.

PROJETO COOPER JOVEM – SEMENTES DA COOPERAÇÃO

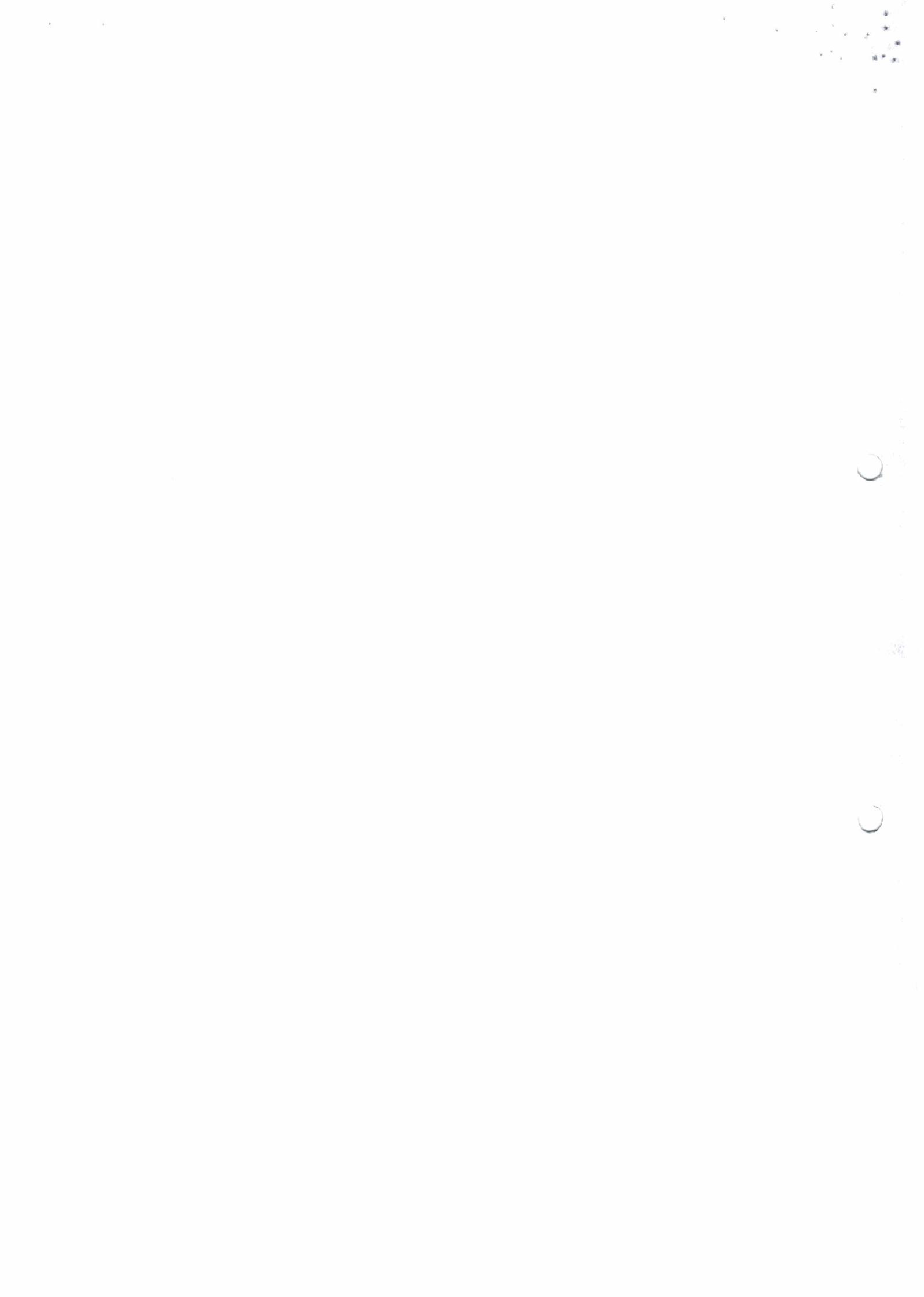
Este projeto tem como objetivo estimular e desenvolver projetos pedagógicos dirigidos a práticas de cooperação, para fortalecer as relações sociais entre os sujeitos que abranje o âmbito da escola, esse objetivo torna-se realidade a partir da inserção de uma proposta educacional baseada na relação ensino aprendizagem, que valorize os princípios e valores da cultura local com a preocupação de contribuir também para a formação do senso crítico de todos os envolvidos e que possam viver uma democracia de igualdade, equidade, honestidade e ajuda mútua.

O Município aderiu a esta proposta em 2007 com a realização de uma Formação Continuada para 40 professores do Ensino fundamental de 5ª a 8ª série realizada pelo SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) com o apoio da Secretaria de Educação.

A Escola Municipal José Paulino de Siqueira conta com 16 turmas de 5ª a 8ª série envolvendo jovens de diversas idades, vindas de lugares com diferentes culturas e visão de futuro. Tendo em vista, esta realidade em 2008 a escola sentiu a necessidade de desenvolver um projeto com base no cooperativismo e a proposta do Cooper Jovem se adequava perfeitamente a este trabalho, a partir de formação dos professores realizada desde 2007, o coletivo da escola decidiu abraçar a causa e investir verdadeiramente na proposta de cooperativismo apresentada pelo programa.

Atualmente a Escola José Paulino trabalha com o material didático do projeto Cooper Jovem nas salas de aula em momentos destinados á leitura e discussão com propostas para melhorar o lugar onde vivemos e está com um projeto de 5ª a 8ª série que tem como tema Vida Sustentável, com o objetivo geral de “Construir a consciência de manter o ambiente limpo e organizado para poder viver com qualidade e harmonia. Com isso a escola está lutando por um mundo melhor através das sementes da cooperação.





ZONA RURAL

Na zona rural contamos atualmente com 19 escolas a funcionando, destas 6(seis) trabalham com o programa Escola Ativa e 12 com a metodologia da PEADS e 1(uma) com o programa escola de referencia do campo em parceria com o UNICEF DA PEADS(Proposta Educacional de apoio ao Desenvolvimento Sustentável) na Escola Municipal Tobias Nunes de Lira na Vila do Tigre distrito deste município.

ESCOLA ATIVA

A escola ativa é um sistema integral de ensino fundamental que vem sendo adotado em diversos países da América Latina, inclui estratégias inovadoras e recursos que possibilitam uma melhoria considerável na aprendizagem das crianças que freqüentam escolas de poucos recursos, principalmente escolas multisseriadas situadas em áreas rurais, e nas periferias de centros urbanos. É uma inovação educacional inspirada nas idéias da escola nova – movimento pedagógico-cultural mais importante do começo do século passado o qual rompeu com a educação tradicional, passiva e autoritária.

O município de Santa Terezinha adotou esse sistema de ensino no ano de 2003, iniciando em 5 escolas na zona rural e 9 professores, como forma de colocar em prática e incorporar à aula, à escola, à família e à comunidade os princípios do movimento pedagógico da escola nova, considerando os excelentes resultados obtidos mediante avaliações realizadas em outros países que já adotam o programa, as quais podemos citar: maior acesso e retenção escolar no meio rural, maior percepção da realidade social, maior autonomia por parte dos alunos na realização das atividades propostas, maior auto-estima, melhor comportamento cívico e democrático, prática vivencial, capacitação e acompanhamento efetivo do trabalho do professor, enfim uma aprendizagem significativa.

PEADS – Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável

Com a metodologia da PEADS, o Município vem desenvolvendo a aprendizagem no campo buscando melhorar a qualidade de vida da população e sustentabilidade local.



Fazem parte do programa 11 escolas com um total de 291 alunos na preparação para a aprendizagem da vida no cotidiano no semi-árido sertanejo.

Este programa tem como base os princípios que o SERTA adota na sua atuação pedagógica e técnica, o mesmo faz parte de um patrimônio comum dos movimentos sociais e populares que utilizam a educação Popular inspirada em Paulo Freire e em outros autores que viabilizam o ensino aprendizagem.

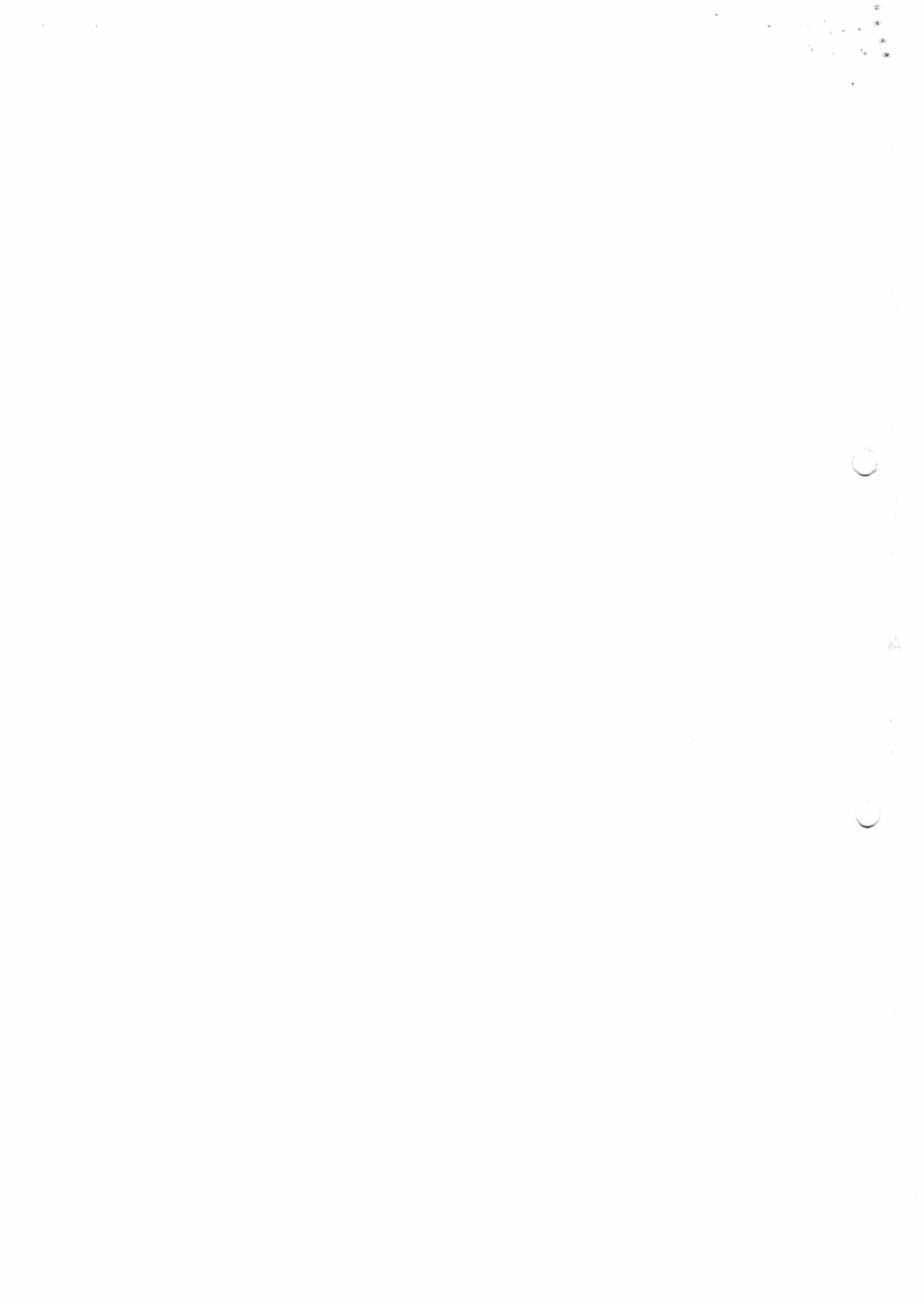
ESCOLA DE REFERÊNCIA NO CAMPO – Escola Tobias Nunes de Lira

A Escola Municipal Tobias Nunes de Lira, localizada na Vila do Tigre, vem desenvolvendo ao longo dos anos ações que visam melhorar a qualidade da educação que oferece. Em 2002, através do SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) que por meio da PEADS (Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável) trouxe para a escola e comunidade uma nova visão sobre a Educação do Campo despertando nos educadores a partir de capacitações o verdadeiro sentido de ser um agente de desenvolvimento local, de levar o aluno a conhecer, analisar e transformar a realidade em que vivemos e ainda valorizar capacidades adormecidas.

A partir desses conceitos em 2003 os gestores da referida escola iniciaram um projeto de horta que foi implementada em seguida com o apoio de professores e alunos do PETI. Hoje a horta expandiu-se e representa a mudança no comportamento dos alunos, na metodologia dos professores e principalmente na melhoria da qualidade da merenda escolar.

Em 2008 a Escola recebeu a visita do presidente do SERTA Abdalaziz de Moura, que encantado com a estrutura da escola e a horta, sugere que esta escola torne-se uma escola de referência no Campo inscrevendo-se junto ao UNICEF em parceria com o SERTA. Em 2009 o acordo é firmado. Para isto está sendo desenvolvido um trabalho de equipe com o propósito de desenvolver ações que venham garantir os direitos da infância e da adolescência, em seus eixos: impacto social; gestão de políticas públicas e participação social.





Acredita-se que através do esforço, da união e de ações conjuntas de todos que fazem a educação é possível transformar realidades desfavoráveis e oferecer um ensino de melhor qualidade que venha a atender as necessidades dos alunos e garantir para ele um futuro melhor.

Da clientela que cursa o Ensino Fundamental no Município, boa parte é oriunda das comunidades rurais e como podemos observar, é alto o percentual de alunos que deslocam-se utilizando o transporte escolar oferecido pelo município, que atinge em 2008 uma soma de 1.040 educandos atendidos atualmente.

Percebe-se que o número de alunos do Ensino Fundamental da rede pública municipal tem reduzido a partir de 2005, já a rede estadual apresenta oscilação quanto a esta demanda neste mesmo período e a particular de um pequeno acréscimo, o que se pode observar é que o atendimento desta modalidade tem apresentado uma matrícula decrescente, como consta a seguir:

Tabela 1. Evolução da matrícula por dependência administrativa – 2005 – 2008.

Ano	Estadual	Municipal	Particular	Total				Total geral
				Pública %		Particular %		
2005	406	1923	-	2653	100	-	-	2653
2006	366	1787	89	2153	96	96	4	2249
2007	324	1740	100	2064	95	100	5	2164
2008	410	1547	121	1957	94	121	6	2078

Fonte: Censo Escolar

Apesar da luta por uma escola de qualidade sentimos que a realidade no município de Santa Terezinha ainda deixa a desejar uma vez que a população de 10 a 14 anos tem uma taxa de 13,50% são analfabetos com uma escolarização líquida em 2007 de 89,4 dos alunos de 7 a 14 anos, apesar de freqüentarem a escola as crianças passam muitos anos retidas na mesma série ou apresentam um rendimento intelectual insatisfatório, pois em sua maioria são frutos de famílias extremamente pobres que perpassam por dificuldades sérias, inclusive de ordem alimentar, não são raros os casos de crianças desnutridas ou subnutridas que apresentam imensa dificuldade de aprendizagem.

Alguns adolescentes se afastam cedo da escola por necessidade de auxiliar a família na sua manutenção, contribuindo assim, para o acréscimo da evasão escolar, da reprovação ou aprovação com deficiências na aprendizagem.

Tabela 2.

Taxas de aprovação – IDEB - DISTORÇÃO / 2001 – 2005 – 2006 – Rede Municipal.

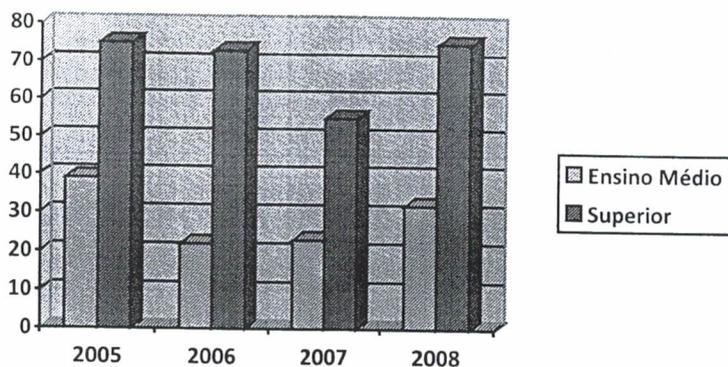
ANO	APROVAÇÃO		IDEB		DISTRORÇÃO IDADE (%)
	1ª a 4ª	5ª a 8ª	1ª a 4ª	5ª a 8ª	
2001	60,3		*	*	44,3
2005	64,8	66,4	2,7	2,6	84,1
2007	76,8	70,0	3,3	2,8	*

Fonte: MEC/Inep

Considerando-se o atendimento escolar da população de 7-14 anos, os dados apresentados pelo Inep, demonstram resultados de aprovação com índice de elevação, os resultados do IDEB também são satisfatórios considerando as projeções já para 2007 era de 2,8 (séries iniciais) e atingiu 3,3; de 5ª a 8ª séries era de 2,6 e atingiu 2,8, isto é resultado dos investimentos feitos com a formação dos professores, a adesão do município a programas como Alfabetizar com Sucesso e Se Liga e Acelera, além do programa de reforço escolar para as séries iniciais a partir do II semestre a cada ano.

Nos últimos anos o profissional da educação do município de Santa Terezinha tem buscado melhorar o seu nível de formação cursando faculdade ou cursos de especialização. O município hoje conta com professores de nível médio, superior, especialização e um cursando mestrado, isso mostra que atuamos com um quadro de profissionais que se preocupam com a sua formação, observa-se no gráfico que mais de 50% dos professores tem curso superior.





O número de alunos nas escolas da zona urbana tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, lotando as salas de aula, dificultando assim, o trabalho do professor, a partir desta realidade e pensando na melhoria do ensino a rede municipal reduziu o número de alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, tendo por base 25 alunos de acordo com as normas estabelecidas pelo governo federal o que possibilita a melhoria do ensino – aprendizagem. Além disso, o Município vem garantindo um trabalho de acompanhamento pedagógico e um programa de formação continuada mensal para todos os professores da rede. Em 2008 em parceria com MEC implantou o Programa Gestar II, este é um curso de formação continuada de 300 horas para os professores de Língua Portuguesa e Matemática.

DIRETRIZES

Conforme a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito. O artigo 208, da Carta Magna, preconiza a garantia de sua oferta, atendendo aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O Ensino Fundamental destina-se a crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, como prever o Plano Nacional de Educação, o que resultou uma ampliação do atendimento de 8 para 9 anos desde 2007. Esta medida é importante, pois possibilita o ingresso mais cedo no Ensino Fundamental, uma vez que, no Brasil este ingresso era considerado tardio em relação aos demais países.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em sua Lei nº 8.069, de 13/07/90 deixa claro que deve ser garantido o acesso, permanência e a qualidade da educação escolar,

entretanto, compete ao poder público garantir a universalização do Ensino Fundamental e o não oferecimento ou a sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente. A LDB, afirma no art. 23 da Lei 9394/96 que cabe aos sistemas de ensino possibilitar diversas formas de organização deste nível, criando condições favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem.

O município de Santa Terezinha tem como princípio ético em consonância com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB – assegurar este direito garantindo a matrícula e permanência todas às crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola.

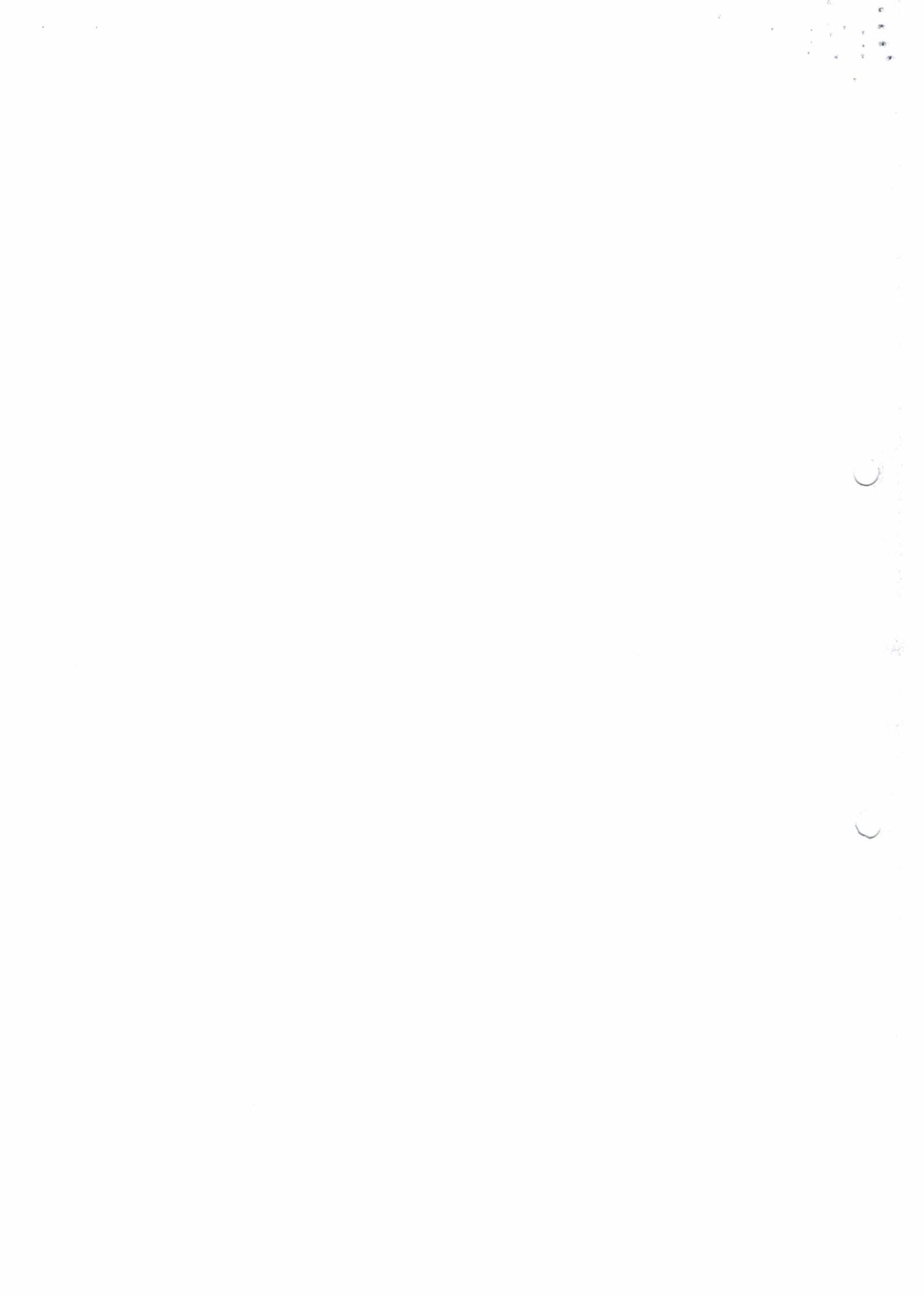
O Plano Nacional de Educação reforça que: “a exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por incúria do poder público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa de exclusão social, pois nega o direito essencial de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade, afastando a população de qualquer perspectiva de futuro”.

Um problema bastante expressivo dentro desta modalidade de ensino, causando muitas vezes o inchaço nas matrículas é a distorção idade-série, como conseqüência vemos elevados índices de reprovação e evasão escolar, tornando-se necessária à implementação de políticas educacionais que permitam a permanência dos educandos na escola. Durante o tempo necessário para a conclusão da modalidade de ensino em curso, eliminando-se, assim, o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira.

A LDB, em seu art. 34, § 2º, preconiza a progressiva implantação do Ensino Fundamental em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. À medida que for sendo implantado o ensino em tempo integral, mudanças significativas deverão ocorrer em relação à expansão da rede física, atendimento adequado da alimentação escolar, disponibilidade de educadores e formação continuada, considerando as especificidades de horários.

A Lei Federal determina, como um dos objetivos do PNE, a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214,1), pois, embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o país. Santa Terezinha conta com uma taxa de analfabetismo para a população





de 7 a 14 anos é de 13,50% e para a população acima de 15 anos um percentual de 33,60% segundo dados do IBGE – censo demográfico de 2000.

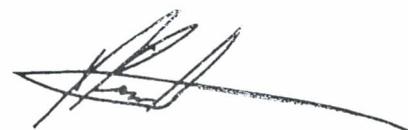
O analfabetismo está intimamente associado às baixas taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola, sendo expressiva a presença de jovens com mais de 14 anos no Ensino Fundamental, podendo este grupo ser incorporado aos Programas de Educação de Jovens e Adultos. Compreendendo no mínimo a oferta de uma formação equivalente às 9 séries iniciais, garantindo também o acesso ao Ensino Médio.

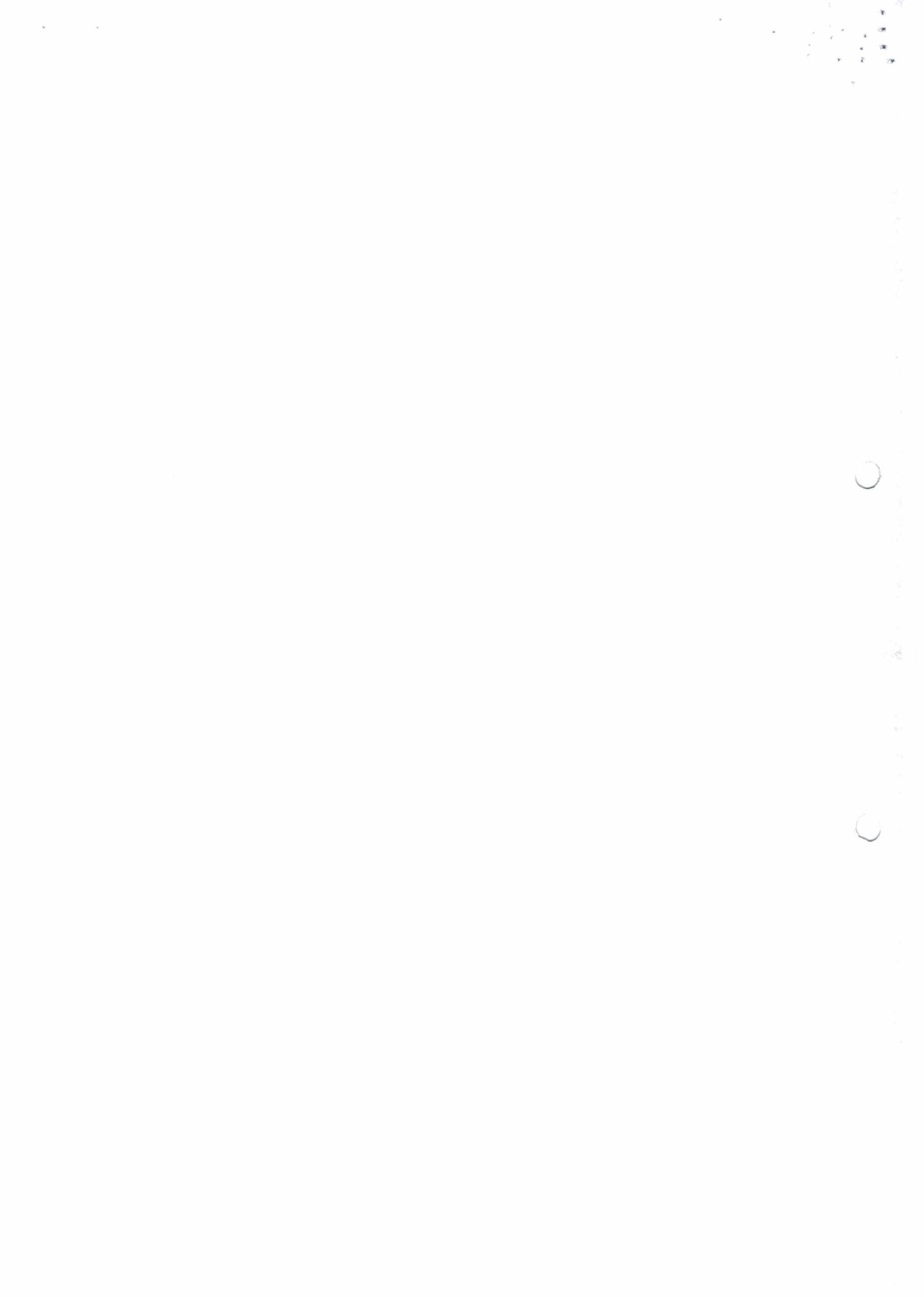
Acredita-se que o município caminha para tempos melhores na educação uma vez que a política educacional da rede municipal atualmente busca reduzir o efetivo por turmas de no máximo 25 alunos, qualificar o professor através da formação continuada e garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola através de incentivos como transporte escolar, merenda e outros programas mantidos com o apoio do Governo Federal.

Deve-se assegurar a melhoria da infra-estrutura física das escolas necessária a um trabalho pedagógico de qualidade, possibilitando inclusive o uso das tecnologias educacionais com espaços para atividades artísticas - culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos.

OBJETIVOS

1. Universalizar, com qualidade, o atendimento de toda a clientela do Ensino Fundamental do município, no prazo de cinco anos, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todas as crianças na escola, expandindo, gradativamente, o atendimento para nove anos de escolaridade fundamental.
2. Garantir a merenda escolar, com acompanhamento nutricional adequado para a obtenção de uma alimentação adequada.
3. Assegurar a autonomia das escolas tanto no que diz respeito ao projeto pedagógico como em termos de recursos financeiros suficientes para a manutenção do cotidiano escolar.
4. Assegurar estudos de recuperação ao longo do período letivo, para os alunos de baixo rendimento.





5. Criar mecanismos para incentivar a participação da comunidade na gestão, a manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas, bem como o incentivo às organizações estudantis, aos conselhos escolares e às associações de pais, como espaço de participação e exercício da cidadania.
6. Assegurar o funcionamento das turmas de Se liga e Acelera enquanto houver demanda.
7. Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio.
8. Assegurar que na jornada dos professores estejam previstas horas de permanência na escola para planejamento contínuo das ações previstas no projeto político pedagógico e para formação permanente.
9. Ampliar a oferta de escolas de Ensino Fundamental na Zona Urbana, de forma a implementar o atendimento à demanda dessa modalidade de ensino.
10. Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio.

METAS

- Reformar, num prazo máximo de um ano a Escola Municipal José Paulino de Siqueira para garantir a qualidade do atendimento da demanda na área urbana, oferecendo as condições mínimas para o bom funcionamento.
- Contratar os serviços de profissionais na área de nutrição para o acompanhamento e controle da oferta de merenda escolar na rede pública municipal.
- Contratar os serviços de profissionais na área de psicologia para o acompanhamento do ensino e aprendizagem, tendo em vista que as crianças e jovens rede pública municipal, são na maioria oriundos de famílias desestruturadas, acarretando um déficit de aprendizagem bem como comportamentos inadequados.
- Implantar em um prazo máximo de 2(dois) anos as Unidades Executoras das escolas Rurais, para aquelas que não apresentam o número de alunos exigido para



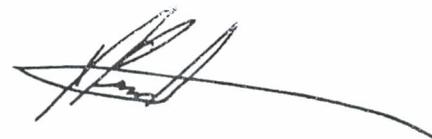
este fim, organizar pólos de referência, bem como a elaboração da proposta pedagógica.

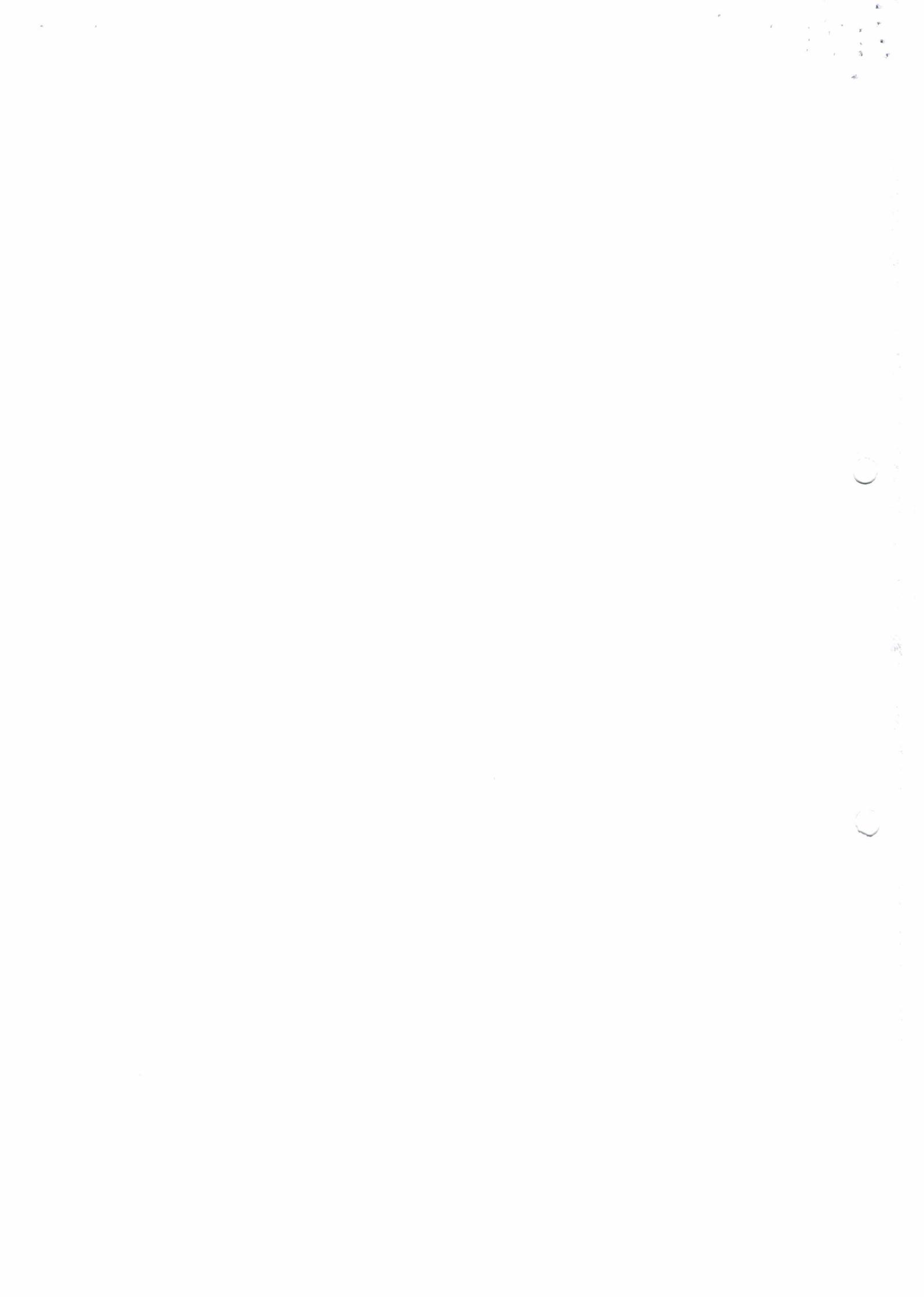
- Regularizar o fluxo escolar reduzindo 50%, em cinco anos, as taxas de repetência e, por meio de programas de aceleração e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem.
- Criar os conselhos escolares, como forma de incentivo a participação da comunidade na gestão, a manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas.
- Reduzir o índice de distorção idade-série em 70% em cinco anos, com redução progressiva.
- Garantir a realização a cada 3 anos da avaliação do livro didático, nas escolas Municipais no sentido de observar a abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios.
- Garantir a o desenvolvimento de um programa de formação continuada dos professores da rede municipal do ensino.
- Assegurar a construção de 1(uma) escola na área urbana de forma a ampliar a oferta de atendimento com qualidade com prever a lei.
- Prover, em parceria com o Estado e a Federação, o transporte escolar, prioritariamente nas zonas rurais, de forma a garantir o acesso e a escolarização dos alunos.
- Assegurar que todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental possuam um profissional da Educação, responsável pela coordenação pedagógica do projeto da escola.

3 – ENSINO MÉDIO

Diagnóstico

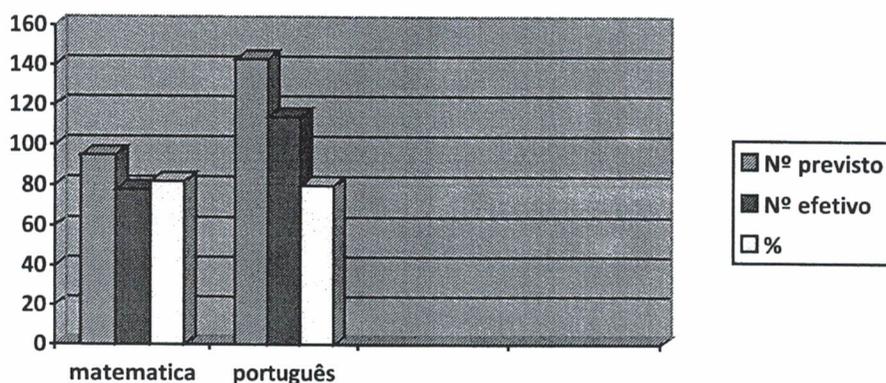
Considerando o que diz a LDB em seu art. 35 incisos I e II, que o Ensino Médio é “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudo”, bem como, “a preparação básica para o



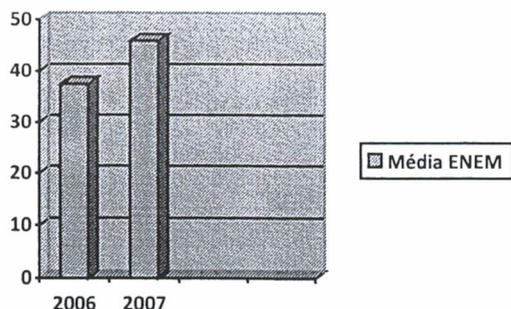


trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”, o Município de Santa Terezinha traz em seu PME a caracterização da demanda e as atuais condições de atendimento para esta modalidade, uma vez que, o ensino médio mantém as forças vivas de articulação entre município e estado na efetivação do desenvolvimento intelectual visando à inserção dos jovens de forma gradativa no meio social e profissional.

Muitos são os fatores que fazem com que o Ensino Médio mantenha um nível de qualificação inferior ao desejado conforme resultados do SAEPE de 2008, obtendo uma média em Língua Portuguesa de 168,4 e em matemática de 242,5, os alunos apresentam melhor desempenho em matemática, a participação também é melhor conforme pode-se observar no gráfico abaixo:



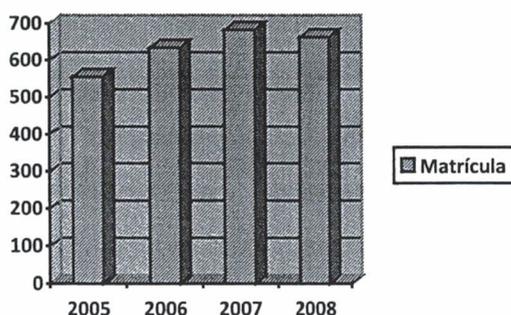
Santa Terezinha bem como a maioria dos municípios da Região do Sertão do Alto Pajeú, sofre com a falta de recursos, o que eleva o índice de desemprego, ocasionando em torna da população uma falta de perspectivas que afeta diretamente os jovens pois estes na sua maioria fazem parte de uma camada social desfavorecida, isto vem refletindo diretamente no desempenho escolar dos alunos do Ensino Médio. Mais recentemente com o aparecimento do ENEM e a possibilidade de ingressar em um curso superior através do PROUNI, nossos alunos passaram a ter mais esperanças e conseqüentemente melhoraram seu desempenho observe-se o gráfico a seguir, a evolução entre 2006 e 2007.



O município conta também com o Normal Médio, uma modalidade de ensino que abrange a formação profissional docente, favorecendo aos jovens uma oportunidade de desenvolver habilidades, competências e valores básico que possam assegurar aos alunos do curso, conhecimentos necessários ao exercício da atividade docente.

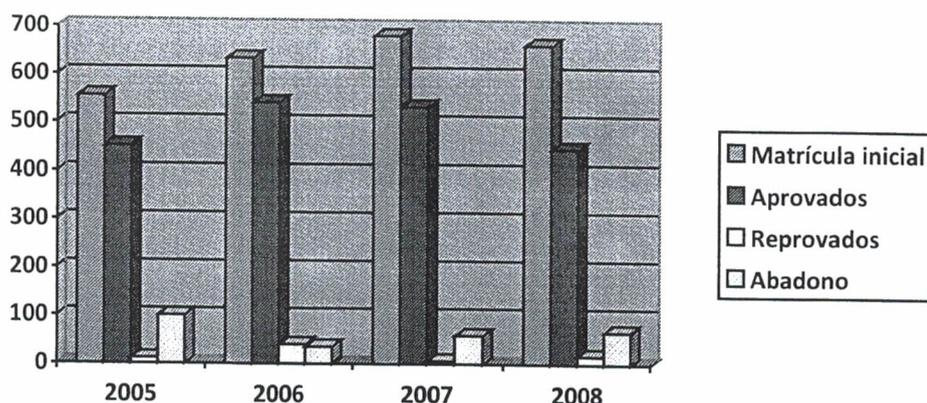
No município o estado atende a demanda para o Ensino Médio inclusive na modalidade Normal com apenas uma escola (Escola Santa Terezinha) fundada em 29 de outubro de 1948, em péssimas condições de atendimento, hoje tem 61 anos de história na tarefa de educar, em condições precárias de infra-estrutura. Apesar disto a demanda tem aumentado consideravelmente na 1ª série do Ensino Médio, já o índice de alunos que conseguem chegar ao final do curso é pequeno considerando a matrícula inicial, o Normal Médio por ser um curso que habilita profissionalmente consegue ter índice bem mais significativo.

Observe-se o quadro de evolução da matrícula



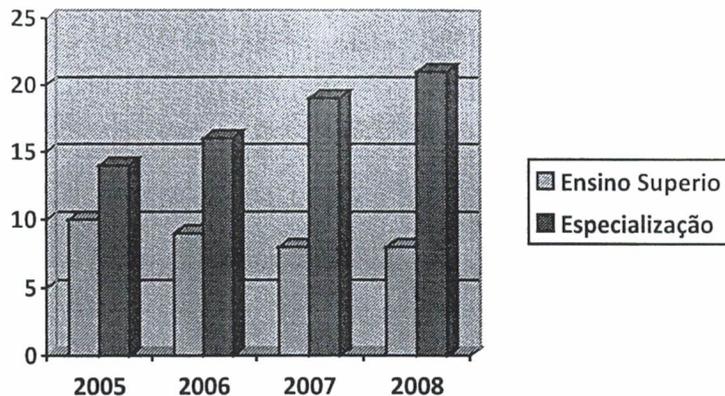
Há outros fatores externos ao sistema educacional que contribuem para que os jovens se percam ao longo do curso sem conseguir concluir Ensino Médio. Agravantes por condições sócio-culturais e econômicas que fazem com que os jovens migrem para outras regiões, ou até mesmo da própria organização da escola e do ensino aprendizagem

oferecido. No entanto, é bastante significativo os resultados de alunos que concluem o Ensino Médio em nosso Município como pode-se observar no gráfico a seguir.



O número de professores para o atendimento ao Ensino Médio e ao Normal Médio perfaz um total de 29 sendo que destes mais de 50% é contratado ou estagiário, o que cabe lembrar o déficit de professores efetivos para atender a demanda de alunos da rede pública de ensino para o Nível Médio, como garante a emenda 14 da Constituição Federal em seu artigo 208: quando diz “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” isto significa dizer que o Estado não está cumprindo como deveria com o atendimento ao ensino de forma satisfatória.

Apesar disto todos os professores apresentam habilitação adequada ao ensino com Graduação ou Pós-graduação, dificilmente um professor sem qualquer formação na área educacional ou até mesmo professores formados, mas sem nenhum compromisso com a responsabilidade de educar e transformar, terá condições de contribuir com a melhoria da qualidade do ensino. No entanto, tem-se apostado que os professores possam, se já não dispõem, adquirir tais componentes essenciais a tarefa de educar. Observe-se o nível de formação e situação profissional dos educadores que trabalham com alunos dos cursos de Nível Médio no Município, percebe-se que gradativamente os professores estão elevando seu nível de formação o que favorece cada vez mais um ensino de melhor qualidade.



O Município de Santa Terezinha tem interesse que cada vez mais os profissionais das escolas tenham uma melhor formação contribuindo para ampliação da qualidade do ensino que oferece, resultado disto está presente nos índices apresentados nas avaliações estaduais e nacionais, estes estão cada vez melhores, ainda é preciso investir bastante tanto na formação dos profissionais quanto nas condições de atendimento pois os resultados são favoráveis mais ainda não são os desejáveis.

DIRETRIZES

Sabe-se que de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que regulamenta o ensino no país em seu art. 208 que diz: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de progressiva universalização do Ensino Médio gratuito”. No entanto, cabe ao Município zelar pela formação plena do indivíduo, incluindo em seu PME as diretrizes que fundamentam o ensino atendido no Município.

Não diferentemente dos demais municípios, Santa Terezinha hoje se preocupa com formação de seus jovens e cumpri com o que determina a Constituição federal, a Lei de Diretrizes e Bases e os Referenciais Curriculares sobre as diretrizes norteadoras para o Ensino Médio em consonância com o Estado.

Visando atender as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, aos Parâmetros Curriculares nacionais e às Matrizes Curriculares Estaduais para esse nível de ensino, faz-se necessário reformular e adequar o currículo praticado na escola.



A melhoria da qualidade do Ensino Médio deve estar associada a diretrizes que levem a uma correção do fluxo de alunos na escola básica.

O Ensino Médio atende a uma faixa etária que demanda uma organização escolar adequada à sua maneira de usar o espaço, tempo e os recursos didáticos disponíveis, sendo necessário estabelecer um Padrão Básico de Atendimento (PBA).

A realização de cursos de formação continuada para professores, gestores e pessoal técnico-pedagógico e de apoio, visa atender às novas exigências postas pela LDB (Lei 9394/96) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

OBJETIVOS

1. Implementar e consolidar, no prazo de cinco anos, a nova concepção curricular proposta nas Diretrizes Nacionais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em consonância com as Matrizes Curriculares Estaduais.
2. Melhorar o aproveitamento dos alunos no ensino médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema de Avaliação da Educação em Pernambuco (SAEPE);
3. Adotar medidas para a universalização progressiva do uso das novas tecnologias de comunicação e informação no processo de ensino-aprendizagem;
4. Criar mecanismo para incentivar a participação da comunidade na gestão, na manutenção e na melhoria das condições de atendimento das escolas, bem como incentivar os conselhos escolares;
5. Assegurar a autonomia das escolas, tanto no que diz respeito ao projeto pedagógico como em termos de gerência de recursos mínimos para a manutenção do cotidiano escolar;
6. Adotar medidas para ampliar a oferta no turno diurno para atender à demanda e manter a oferta noturna, suficiente para garantir o atendimento dos alunos que trabalham ou são da zona rural.



METAS

- Implementar, progressivamente, política de gestão da infra-estrutura física na educação básica pública, que assegure:
 - ✓ O atendimento com qualidade de 100% dos alunos egressos do Ensino Fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem idade / série e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem;
- O oferecimento de vagas que, no prazo de cinco anos, correspondam a 50% e, em dez anos, a 100% da demanda de ensino médio, em decorrência da universalização e da regularização do fluxo de alunos no ensino fundamental.
- Reduzir em 5% ao ano, a repetência e a evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio para conclusão deste nível.
- Assegurar, em cinco anos, a 100% dos professores do ensino médio, o acesso a formação continuada, incluindo, também, sua formação nas áreas específicas.
- Reorganizar, racionalmente, em cinco anos, a escola de forma a atender o padrão de infra-estrutura definido para o estado, incluindo:
 - ✓ Espaço, iluminação, ventilação e insolação do prédio escolar;
 - ✓ Estruturação do espaço para recreação e esporte;
 - ✓ Espaço para biblioteca;
 - ✓ Adaptação da unidade escolar para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;
 - ✓ Informática e equipamento multimídia para o ensino/ aprendizagem;
 - ✓ Atualização e ampliação do acervo da biblioteca, incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e ao aluno;
 - ✓ Equipamento didático pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula;
- Implementar, na Escola do Jovem, núcleos de tipologia para atender às necessidades dos alunos surdos;
- Assegurar o acompanhamento pedagógico para um profissional da Educação, responsável pela coordenação pedagógica.
- Reformar no prazo de 2 anos a escola para que possa ampliar a oferta no turno diurno de forma a atender a demanda, assegurando a oferta no turno noturno, suficiente para garantir o atendimento dos alunos que trabalham ou são da zona rural.



4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS “EJA”

Diagnóstico

O ensino público tem enfrentado diversos problemas relacionados ao “Educar”, uma vez que neste processo estão inseridas “Escola e comunidade”, quando na realidade nem sempre a escola consegue dividir as responsabilidades com a família, mesmo conscientes de que “é dever do estado, da família e da sociedade em geral, assegurar com absoluta prioridade a educação” art. 4º do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

É dever do Estado garantir a todos os cidadãos o Ensino Fundamental, inclusive aos que não tiveram acesso à escola na idade própria, a Constituição Federal determina como objeto da Educação Nacional, a erradicação do analfabetismo no Brasil, mas para que isto aconteça é preciso que cada Município assuma de fato a sua parcela de responsabilidade. Sabemos que a atual realidade brasileira mostra profunda estratificação social e injusta distribuição de renda, que têm contribuído para que uma parcela considerável da população encontre-se excluída, econômica, política e culturalmente.

O município de Santa Terezinha – PE enfrenta a questão do analfabetismo com programas que envolvem a educação de jovens e adultos, pois é imprescindível erradicá-lo, há necessidade de serem utilizados todos os meios para elevar o nível de escolarização da população.

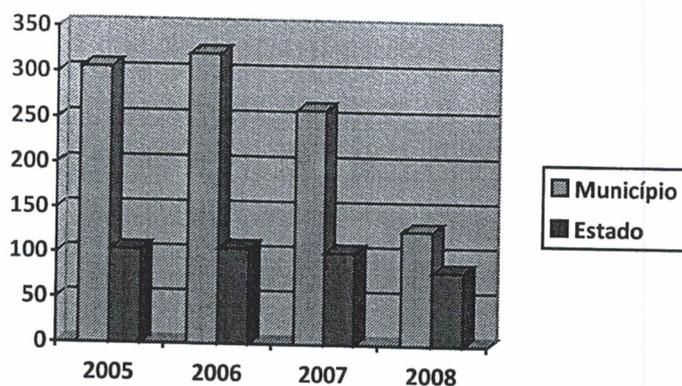
O artigo 205 da CF./88 e o parágrafo 3º do artigo 294 garantem o acesso e a permanência dos brasileiros com idade superior a 15 anos que foram precocemente excluídos ou não tiveram acesso à escola, a uma educação de qualidade entendida como instrumento de formação ampla, de lutar pelos direitos de cidadania e de emancipação social.

Se avaliarmos o município de Santa Terezinha, cujo ultimo censo demográfico (IBGE/2007), apontava uma população de 9.934 habitantes, com um % de analfabetismo 13,50 da população de 10 a 15 anos e 33,60 de 15 anos ou mais. Tais indicadores apontam que ainda há muito para ser feito em relação ao atendimento a esta parte da população em se tratando das oportunidades educacionais e sua permanência na escola, como



continuidade do processo educacional. Observe-se no gráfico que houve um decréscimo na evolução da matrícula para esta modalidade de ensino, o que demonstra que muito precisa ser feito para garantir o acesso e a permanência destes alunos.

Nº de alunos EJA / Município / Estado - 2005 /2008



O Município dispõe de vagas para o atendimento da clientela, objetivando levar esta população para escola, no entanto, por questões sociais e comportamentais tal grupo evade-se com facilidade deixando de freqüentar os cursos de alfabetização e as outras séries do I e II segmento do ensino fundamental EJA.

Apesar do incentivo do governo, muitos jovens e adultos só retornam aos bancos escolares quando percebem que no mundo globalizado só há espaço para quem apresenta competências compatíveis com as exigências do mercado de trabalho. Os alunos de EJA encontram-se distribuídos em escolas públicas municipais e estaduais, sendo que duas estão localizadas na zona urbana e 9 na zona rural.

Ano Base: 2008

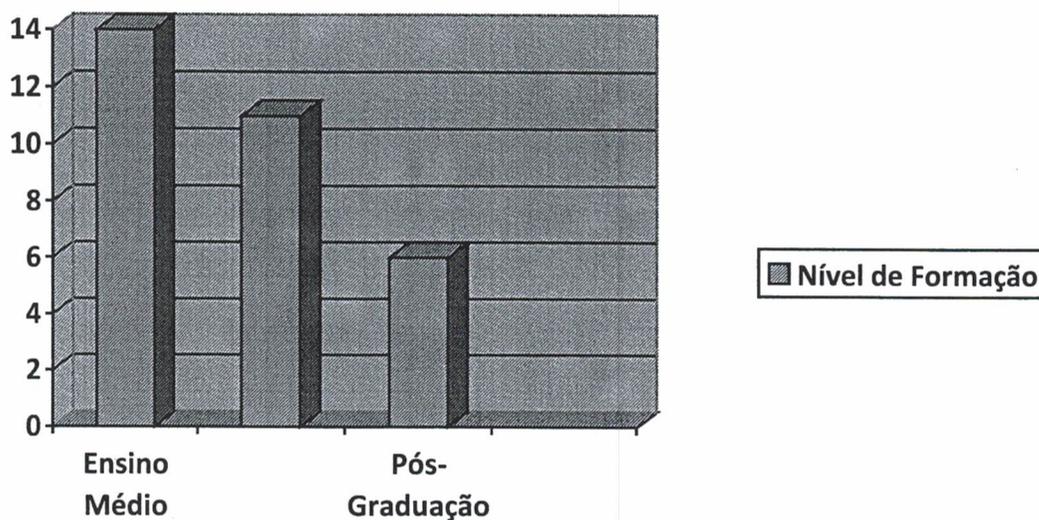
<i>Dependência Administrativa</i>	<i>Quantidade de Estabelecimento</i>		<i>Nível de Ensino</i>				<i>Quantidade de professores por modalidade de ensino</i>	<i>Quantidade De alunos</i>
	Rural	Urbano	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase		
Estadual	-	1	-	-	46	43	16	62
Municipal	9	1	238	45	79	33	17	395

A manutenção e funcionamento da modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos no Município é mantida pelos recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e desenvolvimento da educação Básica), assegurado pelo Governo Federal através do MEC

– Ministério da Educação e Cultura. O município atende atualmente a 16 comunidades com o transporte escolar, dos quais utilizam-se também os alunos de EJA.

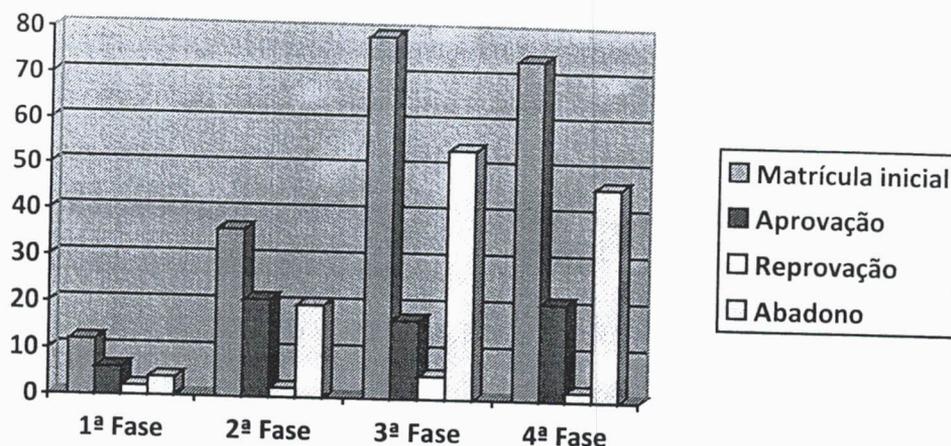
Assim, necessita-se de uma reflexão aprofundada sobre o processo de aquisição do conhecimento, norteados pelas teorias da Pedagogia Freireana, que privilegiam a construção do conhecimento a partir da realidade social tendo como um dos princípios a dialogicidade, de uma educação libertadora.

Nível de Formação dos Docentes de EJA - 2008.



Sabemos que a atual realidade brasileira mostra profunda estratificação social e injusta distribuição de renda, que têm contribuído para que uma parcela considerável da população encontre-se excluída, econômica, política e culturalmente. Nesses aspectos, ações conjuntas precisam ser tomadas no aspecto educacional para que as condições de atendimento se ampliem. Há responsabilidades a serem compartilhadas entre Estado e Município e os dados aqui apresentados apontam para isto.





DIRETRIZES

A Educação de Jovens e Adultos terá sua identidade própria considerando as situações e os perfis dos estudantes e sua faixa etária que também se pautará pelos princípios de equidade com modelo pedagógico próprio e moldes nos parâmetros curriculares nacionais de modo que assegurará aos educandos:

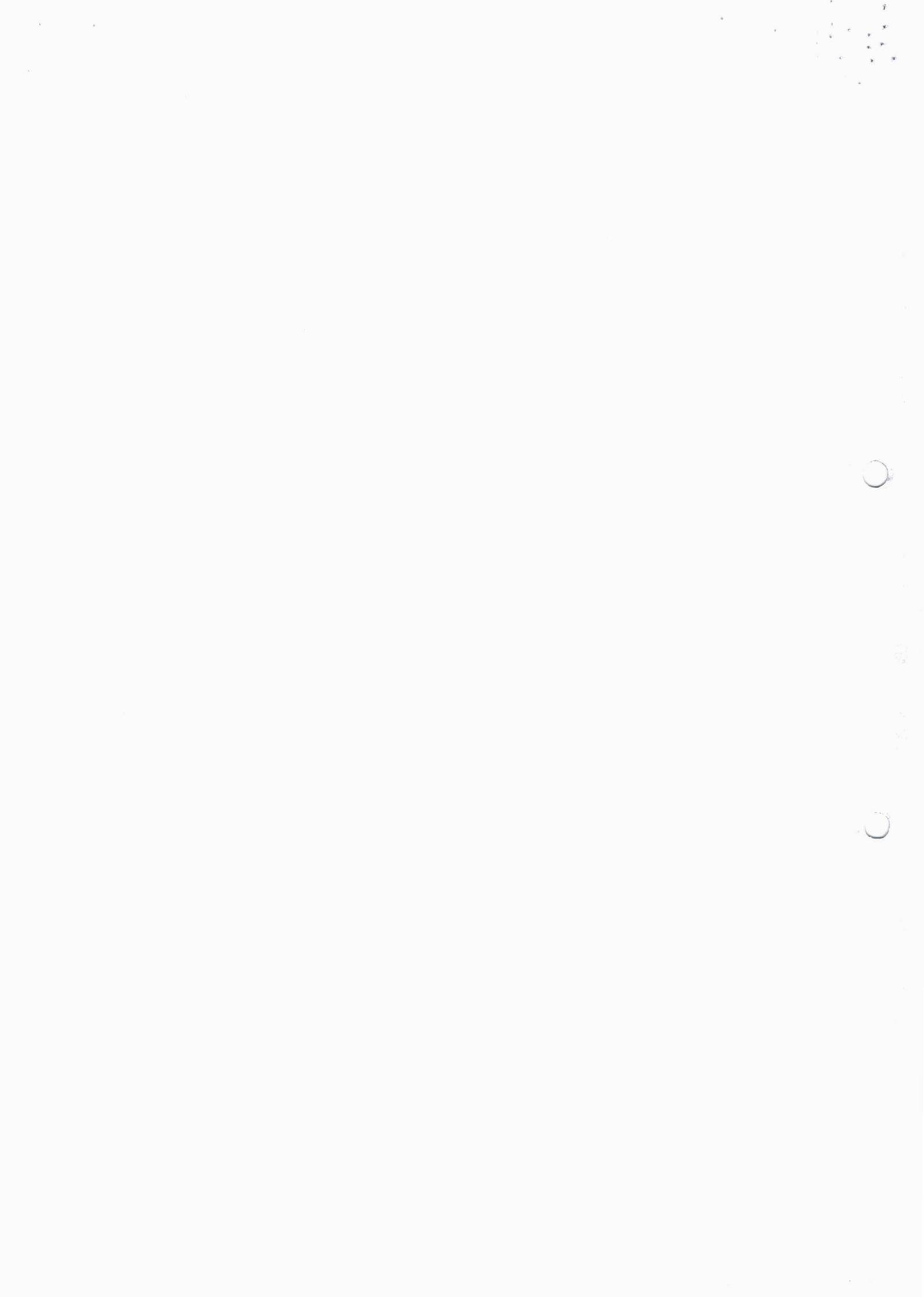
I – distribuir adequadamente os componentes curriculares proporcionando igualdade de formação para estabelecer igualdades de direitos e oportunidades educacionais.

II – valorização do mérito de cada um, respeitando as diferenças, reconhecendo a alteridade própria e inseparável dos jovens em sua formação.

III – Oferecimento de espaço adequado para que se assegure a identidade formativa aos demais participantes da escolarização básica.

De acordo com o artigo 49, I e IV, da LDB a regra de prioridade para atendimento da escolarização universal obrigatória, será condicionada a idade mínima para matrícula de 15 anos a completar no ano em curso.

Ficará vetada a matrícula de crianças e adolescentes da faixa etária da escola obrigatória, ou seja, dos sete anos aos quatorze anos completos.



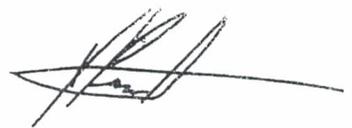
Será oferecido pelo poder público municipal o princípio de publicidade e divulgação do período de matrícula local e endereços onde se realizarão os cursos, como também acompanhamento, fiscalização e controle dos estabelecimentos que oferecem esta modalidade de ensino.

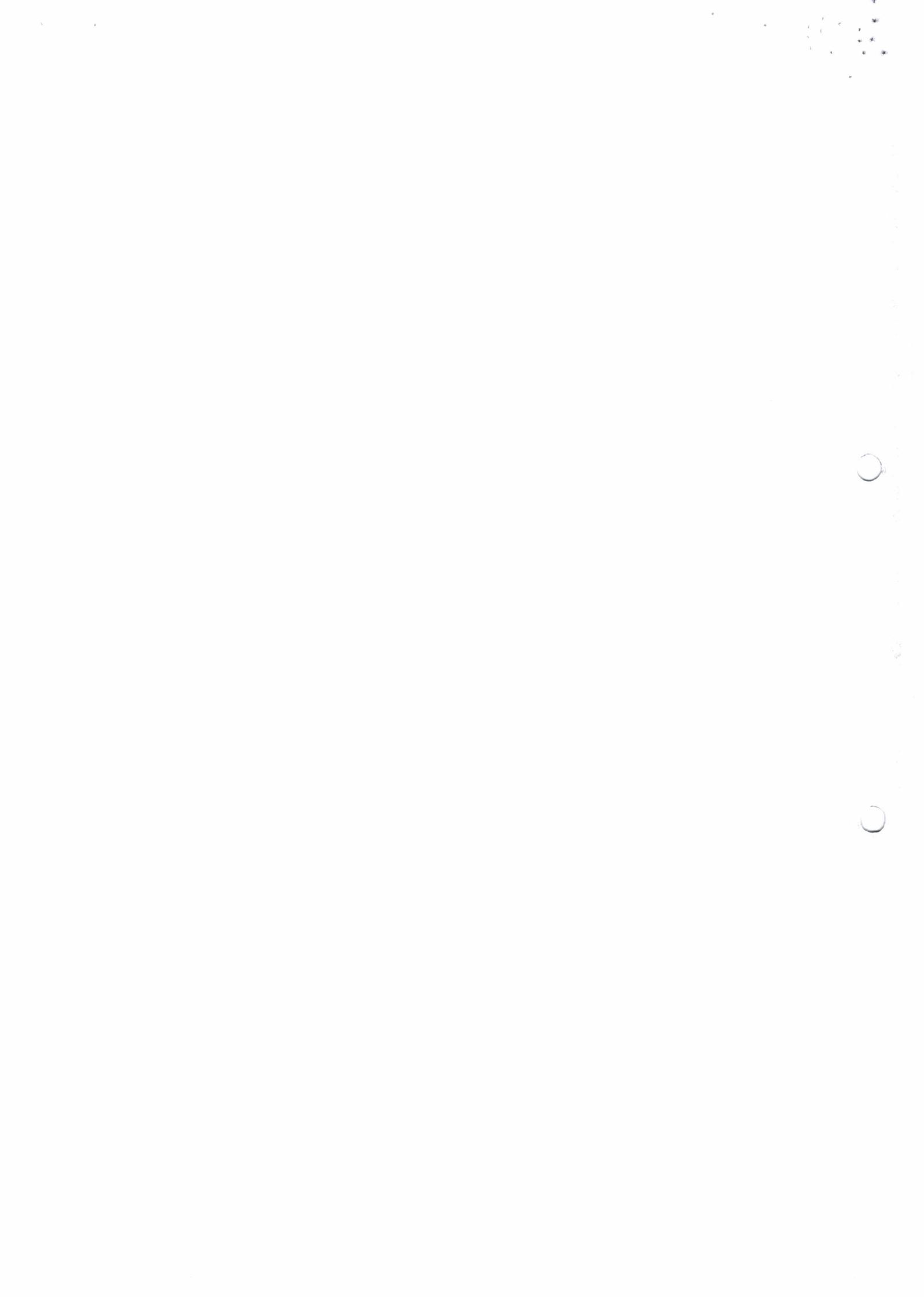
Caberá a Secretaria Municipal de Educação expedir os certificados, mediante avaliação previamente estabelecida dentro do processo de formação escolar para fim de continuidade de estudos e outras atividades.

Diante das profundas transformações de um mundo globalizado, percebe-se que implica na formação dos jovens e adultos, a necessidade de desenvolver novas competências e habilidades, para a continuidade da educação ao longo da vida, não bastando só ensinar a ler e escrever, mas dando oportunidade para o mercado de trabalho e qualidade de vida.

Objetivos

1. Oferecer gratuitamente “a todos que não tiveram acesso à escolarização básica na idade própria”. Trata-se de um direito público supletivo (CF- artigo 208, § 1º), e compete ao poder público, atender e disponibilizar recursos para atendimento desta modalidade.
2. Garantir a Formação Continuada específica para os professores que lecionam nas turmas de EJA, através de cursos oferecidos pelo MEC.
3. Assegurar a permanência dos alunos da EJA nas escolas.
4. Reestruturar, criar e fortalecer, na Secretaria Municipal de Educação, setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos.
5. Associar ao ensino fundamental para jovens e adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional.
6. Ampliar a educação de jovens e adultos na zona rural, atendendo os jovens trabalhadores dentro do horário de sua disponibilidade.





7. Garantir o material didático necessário a todos os alunos da EJA de acordo com a escolaridade.
8. Garantir que a EJA promova uma alfabetização emancipadora que coopere para a inserção, permanência com sucesso e continuidade de estudo.
9. Adotar uma proposta pedagógica interdisciplinar integrada de modo que cada área contribua de forma direta para aquisição dos conhecimentos.
10. Garantir o transporte escolar dos alunos e professores da rede municipal de ensino da zona rural na modalidade de EJA.
11. Garantir espaços para divulgação, avaliação, recuperação, sistematização e debate de trabalhos em andamento, assim como das experiências em EJA para que possam implementar novas atividades.
12. Regularizar o funcionamento da EJA.
13. Assegurar a saúde visual dos alunos de EJA.

METAS

- Assegurar em cinco anos, a oferta de Jovens e Adultos equivalente as quatro primeiras séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos ou mais que não tenham atingido este nível de escolaridade.
- Proporcionar anualmente aos Educadores de EJA cursos de formação, capacitação em serviço, para a melhoria do atendimento, reflexão da prática e implementação de propostas de trabalho.
- Inscrever os professores no Curso de Pós-Graduação em EJA, oferecidos pelas entidades, Estadual, Federal e Municipal.
- Prover estudos e pesquisas para os professores com livros e material didático específico de apoio à prática pedagógica.
- Diminuir o índice de evasão escolar de 64% para 36% sendo 52% em 2009, 48% em 2010, 42% em 2011, 36% em 2012.
- Organizar no prazo de dois anos, um sistema de informações estatísticas, que permita o acesso e fluxo de dados completos de EJA no município.
- Implantar cursos básicos de formação profissional, associado ao Ensino fundamental para jovens e adultos.



- Ampliar no prazo de 2(dois) anos a oferta de atendimento aos jovens e adultos das áreas periféricas da cidade e na zona rural, parcerias com outros órgãos e ou instituições.
- Garantir anualmente a impressão de material instrucional para os alunos e demais profissionais na modalidade de EJA, de acordo com as especificidades dessa modalidade de ensino.
- Realizar anualmente avaliação e divulgação dos resultados do programa de EJA, para verificar o cumprimento das metas.
- Avaliar a cada dois anos a proposta pedagógica de cada escola, para garantir o processo de gestão da aprendizagem através da participação de todos os colaboradores.
- Oferecer transporte escolar para os alunos e professores da rede municipal de ensino da zona rural na modalidade EJA.
- Promover anualmente espaço de divulgação para os trabalhos dos educandos de EJA, possibilitando o desenvolvimento de estudos, pesquisa e cooperação.
- Elaborar documentação necessária para regularização do funcionamento desta modalidade de ensino.
- Reduzir de 60% para 10% o número de alunos(as) da EJA com dificuldade visual.

5 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

DIAGNÓSTICO

Sabemos da problemática que permeia a Educação brasileira, talvez por não se vê ainda garantido o direito assegurado pela Constituição Federal no que diz respeito à oferta de ensino para todos e o princípio da igualdade de condição, para o acesso e permanência na escola, incluindo evidentemente a pessoa portadora de necessidades especiais.

Apesar das discussões e dos direitos assegurados também na LDB. Lei 9394/96, a educação especial sempre recebeu um tratamento diferente daquela que chamamos de educação regular.



Sabe-se historicamente que a educação especial demorou muito para dar seu pontapé inicial, ao contrário da educação regular que foi ganhando espaço, tempo, força e adeptos.

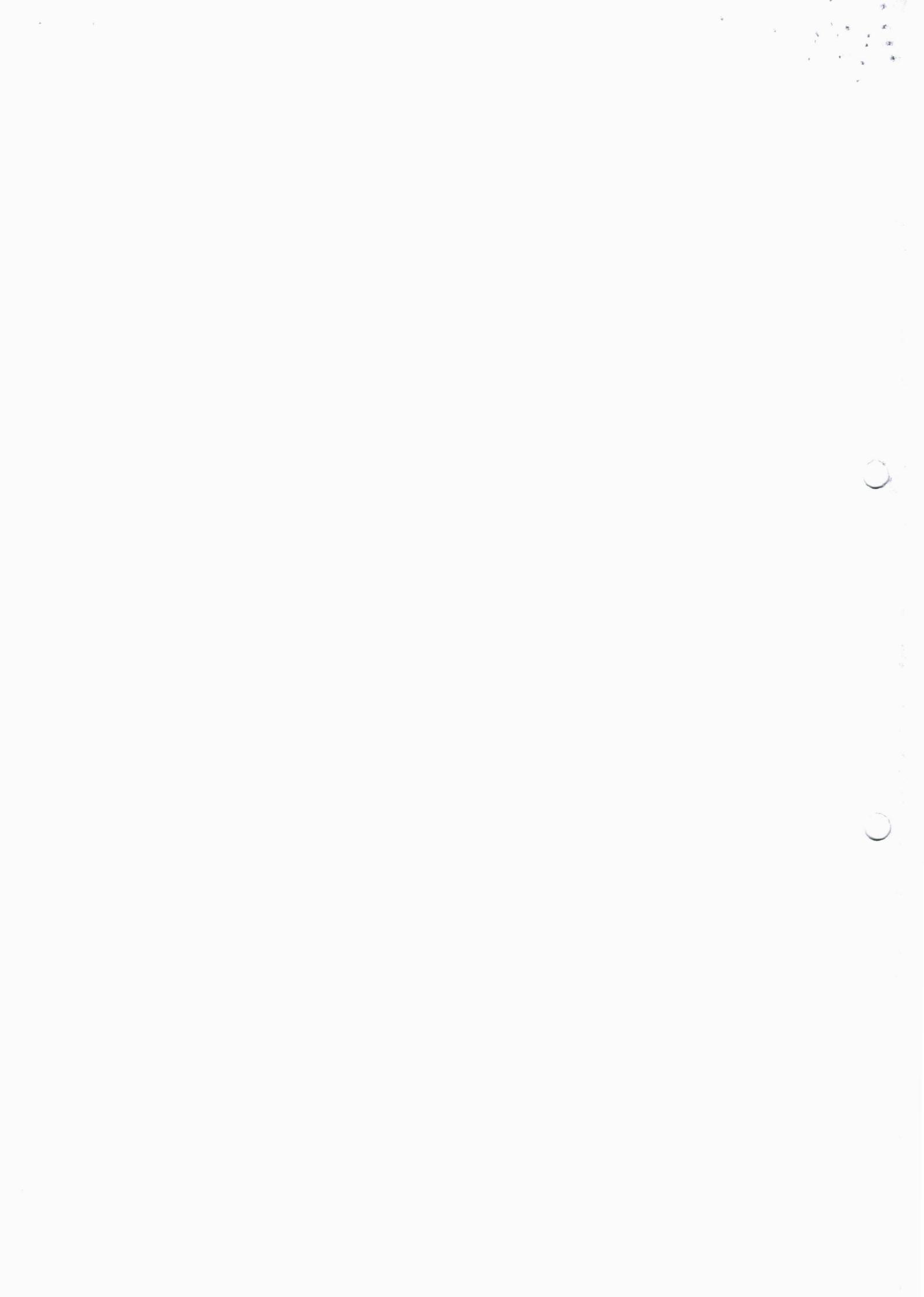
A atenção formal às pessoas com deficiência iniciou-se no Brasil com a criação de internatos no século XVII, idéia importada da Europa no período imperial, as quais serviam mais para segregar do que para educar, visto que eram pessoas consideradas incapazes, dependentes, inúteis dignas de pena, que viviam da caridade, o que veio a desencadear um caráter assistencialista que permeou a atenção à pessoa com deficiência no país, e à educação especial em particular desde seu início.

Após a Proclamação da República deu-se um avanço considerável o que vem melhorando a cada século, a cada década, principalmente nos últimos trinta anos os quais foram marcados por grandes acontecimentos como podemos citar a realização do I Seminário Nacional de reabilitação profissional em 1990 – Bauru – SP, a institucionalização do ano de 1981 como Ano Internacional da Pessoa Deficiente, a Conferência Mundial da UNESCO em Jomtien na Tailândia em 1990 a Declaração de Salamanca, Espanha em 1994 a qual veio trazer uma proposta educacional inclusive principalmente p/ alunos com necessidades especiais.

Em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram publicados, vindo nortear o trabalho dos profissionais da educação, tendo como passo subsequente a publicação dos PCN^s - Parâmetros Curriculares em Ação, encaminhando uma reflexão sobre experimentação e busca de modelos eficazes e eficientes de educação inclusiva para nossa sociedade.

Estamos cientes de muitos avanços ocorridos no Brasil, no que diz respeito à educação de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais como: a garantia do acesso ao ensino regular, a disponibilização de matérias e equipamentos especializados bem como o desenvolvimento de projetos pilotos, na busca de um método de implementação na escola inclusiva que melhor atenda as características de cada realidade. No caso do nosso município, nos deparamos ainda com famílias que negam ou não aceitam a deficiência da qual o filho é portador, por vergonha ou medo em relação à reação ou ao impacto que pode causar na sociedade. Talvez por falta de conhecimento, dispensam um cuidado até





excessivo, ocasionando muitas vezes uma super proteção que só faz atrasar o desenvolvimento desse portador.

O Município conta com uma população de 146 pessoas portadoras de necessidades especiais de 0 a 80 anos. Considerando nossa população escolarizável nessa modalidade, de 0 a 30 anos, contamos com um total de 54 pessoas dos quais 18 são deficientes físicos, 30 são mentais e 6 são deficientes auditivos. Destes, estudam 10 portadores de deficiência física, 9 de deficiência mental e 6 com deficiência auditiva.

O Município de Santa Terezinha tentando construir uma escola inclusiva aderiu ao Pacto à Diferença e realizou a I Conferência Municipal de Educação Especial no dia 23 de setembro de 2003. Faz-se necessário que todos os atores envolvidos no processo educacional do município se conscientizem que é importante a contribuição de cada um na construção de uma escola de qualidade para todos, cooperando com o aprimoramento do sistema escolar no sentido de melhorar o acesso a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

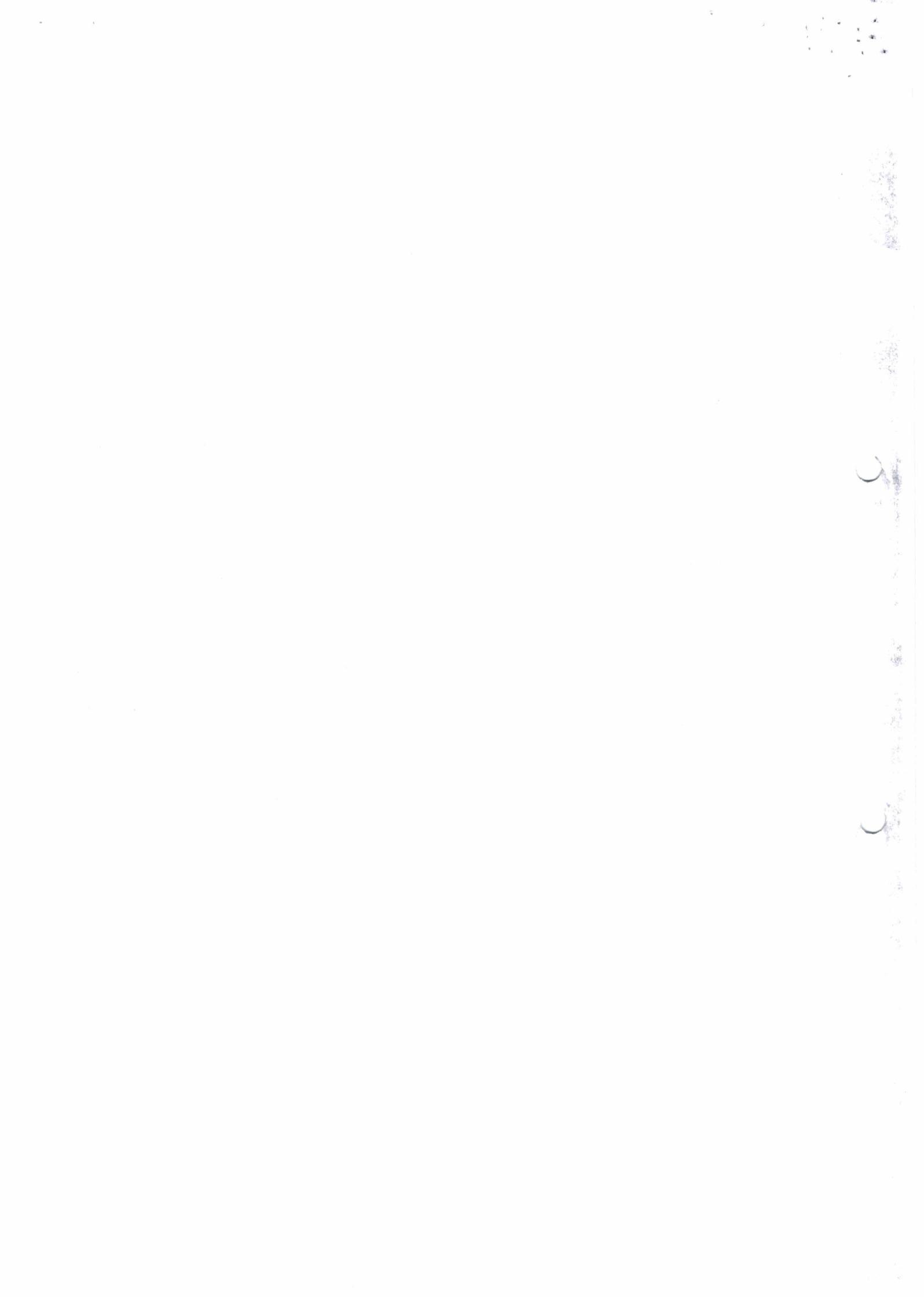
A rede estadual tem uma classe especial para o atendimento a alunos “especiais” na área de deficiência mental, e uma sala de apoio especializado para fazer o acompanhamento destes alunos no contra-turno o que favorece a cada ano a inclusão de alunos nas classes regulares de ensino.

ALUNOS ATENDIDOS

ANO	MUNICIPIO	ESTADO	TOTAL
2005	4	6	10
2006	5	7	12
2007	7	16	23
2008	7	5	12

Observando-se o quadro da evolução da matrícula, percebe-se que a matrícula vem oscilando para mais nos três primeiros anos e para menos em 2008.





A rede municipal vem prestando atendimento a 4 alunos com deficiência auditiva em turmas regulares do ensino fundamental, mesmo não tendo um professor interprete de Libras em sala os alunos tem se adaptado pois já contamos com alunos surdos na 5ª série do ensino regular. Estes contam com um professor de apoio devidamente habilitado para trabalhar com estes alunos no contra turno, trabalhando-se a comunicação através da Língua Brasileira de Sinais.

Enfrentamos dificuldades diversas para oferecer a modalidade Educação Especial tanto no espaço físico, quanto no equipamento e recursos humanos, pois nossos professores não possuem preparo específico sendo necessário incitar maiores esforços para participação efetiva de capacitações e sessões de estudo na busca da formação continuada, algumas delas promovidas pelas secretarias estadual e municipal de educação.

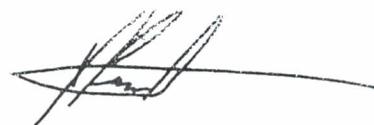
Os professores que trabalham com essa clientela, em inclusão são num total de 14 dos quais, 6 possuem habilitação para o magistério, 8 têm cursos de graduação em nível superior.

Depois que o município aderiu ao "Pacto à diferença", vem acontecendo com mais frequência capacitações onde a maioria dos professores participam tomando assim conhecimento sobre educação de alunos especiais.

Dessa forma reconhece-se que a função da escola inclusiva é promover a aprendizagem, atendendo às necessidades de cada aluno. Esse enfoque implicará a mudança da prática pedagógica e neste caso, não é a criança que se molda à escola e sim a escola que tem que se organizar para atender a qualquer aluno.

DIRETRIZES

A Educação Especial visa atender às pessoas com necessidades especiais que, por suas condições físicas, mentais ou de super dotação, permaneceram à margem do sistema educacional.



A integração dessas pessoas no sistema regular de ensino já está garantido por lei, as quais se destacam: a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1984, a Lei 7.853 em 1989, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a LDB 9.394/96, cada uma dando sua contribuição como um todo, vindo a culminância com a proposta defendida pela Declaração de Salamanca aprovada em 1994.

Diante de tantos avanços, se faz necessário uma mudança de paradigma, de concepção de ação dentro deste contexto de mudanças na educação.

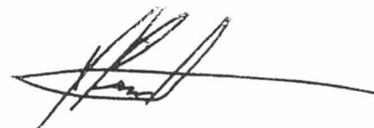
Sabemos que não é fácil mudar. Temos o despreparo devido a nossa formação, mas os incentivos são tantos que não podemos nem devemos recusar, e sim, enfrentar o desafio.

O Município pretende desenvolver estratégias que, em consonância com o Plano Nacional e Estadual visam concretizar intenções ligadas à educação dos alunos portadores de necessidades especiais, entendendo que, por não ser tarefa fácil, se faz necessário para algumas finalidades, buscar parcerias com as áreas de saúde, assistência social, trabalho, previdência social e organizações da sociedade civil, a fim de oferecer programas de estimulação precoce, avaliação de acuidade visual e auditiva, aquisição de próteses e cadeiras de rodas para os que necessitam.

Para desenvolver uma proposta de trabalho que atenda uma demanda de alunos especiais sejam eles: auditivos, mentais ou físicos, numa proposta de inclusão, exigem-se mudanças de: paradigma, mentalidade e até mesmo postura, principalmente daqueles que interagem diretamente com a clientela escolar. Para isso se faz necessário, firmar parcerias com universidades, programas de educação à distância, para promover cursos de aperfeiçoamento, capacitação para professores, realização de seminários e fóruns, como forma de conscientizar a sociedade local na busca de apoio e compromisso.

Para tanto, torna-se indispensável promover meios para adequação do espaço escolar e a garantia de material didático bem como transporte escolar.

Dessa forma o Município vivenciará uma política educacional orientada pelas Diretrizes Educacionais da Educação Especial e outras orientações legais, para que através das quais



se tome uma consciência de que as diferenças são normais. Em virtude disso, a escola é para todos e nisto consiste a semente da inclusão. Semente que deve fazer brotar a escola inclusiva.

OBJETIVOS

1. Ampliar a concepção dos atores da Educação do Município em relação ao trabalho pedagógico voltado para uma reflexão sobre a distinção entre diferenças e deficiências.
2. Oferecer um ensino de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais nunca concepção de inclusão.
3. Garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades especiais em todas as etapas da educação básica que o município oferece.
4. Elaborar proposta pedagógica que assegure recursos e serviços de educação especial para apoiar, complementar e/ou substituir serviços educacionais comuns.
5. Oferecer serviços de apoio pedagógico que respondam as necessidades especiais do educando de forma permanente ou temporária.
6. Promover adaptações curriculares de grande e de pequeno porte, conforme a necessidade.

METAS

- Em 5 anos organizar em parcerias com as áreas de saúde e assistência social, programas destinados a ampliação de oferta da estimulação precoce (interação educacional adequada) para crianças com necessidades educacionais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches.
- Em 4 anos oferecer como parte dos programas de formação em serviços, cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para professores em exercício na Educação Infantil e no ensino, utilizando inclusive a TV escola e outros programas de educação à distância.



- Garantir em 2 anos a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todos as instituições de Educação Infantil e do ensino fundamental, em parceria com a área de saúde, como forma de detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais.
- Em 5 anos implantar, redimensionar e incrementar se necessário, as classes especiais, salas de recursos e outras alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns fornecendo-lhe o apoio adicional de que precisam.
- Estabelecer em 4 anos programas para equipar a escola de educação básica que atendam educandos surdos e aos de visão sub-normal, com aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem, atendendo-se prioritariamente as classes especiais e as salas de recursos.
- Implantar, em 5 anos, o ensino da Língua brasileira de Sinais para alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não governamentais.
- Em 4 anos definir em conjunto com as entidades da área, nos quatro primeiros anos de vigência deste plano indicadores básicos de qualidade para funcionamento de instituições de educação especial, públicas e privadas, e generalizar, progressivamente, sua observância.
- Assegurar, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentam dificuldades de locomoção.
- Estabelecer um sistema de informações completas e fidedignas sobre a população a ser atendida pela educação especial, através de coletas feitas pelo censo educacional e pelos censos populacionais.
- Implantar gradativamente, a partir do primeiro ano deste plano, programas de atendimento aos alunos com alta habilidade nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora.



B - ENSINO SUPERIOR

O Município de Santa Terezinha em consonância com as exigências para elaboração PME pelo PNE apresenta aqui, a caracterização da demanda para o ensino superior, apresentando as reais condições do município quanto aos jovens que anualmente concluem o ensino médio, prontos para ingressar no ensino superior. Veja tabela a seguir:

QUADRO COMPARATIVO

2005 – 2008

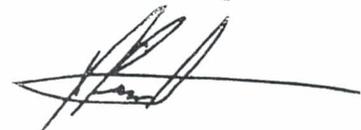
2005	2006	2007	2008
452	541	533	447

Observa-se que entre os anos de 2005 e 2006 o percentual de alunos que concluiu o ensino médio subiu bastante, voltando a decrescer novamente a partir de 2007. Destes cerca de 7% ingressam no ensino superior, sabendo-se, que o Município não disponibiliza esta modalidade de ensino justifica-se assim um número tão baixo de jovens que chegam aos cursos profissionalizantes de nível superior.

As Instituições de Ensino mais próximas de atendimento para os cursos em Nível Superior ficam cidade de Afogados da Ingazeira-PE, com cursos de Licenciatura Plena, na Paraíba em Patos Campina e João Pessoa, são estas localidades que recebem nossos jovens que com muita dificuldade se deslocam diariamente para assistirem as aulas, no caso de Afogados e Patos, já para as demais cidades, eles deixam suas famílias para seguirem seus ideais profissionais.

O Município pouco pode fazer para melhorar e / ou facilitar a entrada dos jovens nos cursos de Nível Superior pois o mesmo não dispõe de recursos financeiros destinados para esta modalidade de ensino, no entanto, na medida do possível vem colaborando com a disponibilização de transporte escolar para as localidades mais próximas, favorecendo a abertura de pólos para curso à distancia através da escola aberta.

Todavia, sonhar não é crime e hoje o Município almeja elevar o índice de jovens que possam concluir o Ensino Médio e terem a oportunidade de continuarem seus estudos, por isso tem como prioridade para esta modalidade de ensino o incentivar à adoção de uma política pública que facilite o acesso ao ensino superior dos jovens e adultos do município.



OBJETIVOS

1. Investir em uma das localidades mais próximas que ofereçam cursos universitários em instituições públicas, com a implantação de uma casa de apoio para atender a clientela de nosso município;
2. Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, acesso ao ensino superior, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais através de programas de compensação de deficiências de sua formação anterior;

METAS

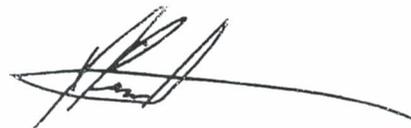
- Implantar em dois anos uma casa de apoio universitário em uma das localidades mais próxima;
- Promover em um prazo de 5 anos política pública de incentivo ao ingresso na educação superior de, pelo menos, 20% da faixa etária de 18 a 24 anos.

III - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

DIAGNÓSTICO

Em uma sociedade democrática é fundamental formar o professor na mudança para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades, uma vez que, o contexto atual exige educadores atuantes.

O Municipal de Santa Terezinha conta em 2008, com um total de 21 escolas as quais no momento dispõe de 156 profissionais que atuam na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Normal Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Observando a tabela a seguir pode-se perceber o real situação destes profissionais no município.



REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL	REDE PRIVADA	TOTAL
95	47	14	156

Tais profissionais que atuam hoje no município, apresentam a habilitação necessária para atividade docente, o que garante em parte o padrão de qualidade da educação escolar, uma vez que, muitos deles, ainda estão marcados por um processo de desenvolvimento educacional preso muitas vezes a modelos arcaicos, que em nada favorecem a formação de nossos alunos num sentido pleno, compreendendo-se por pleno, saberes que envolvem a formação para o trabalho e para o exercício da cidadania.

QUADRO COM NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DO MUNICÍPIO

Quadro 1.

Educação Infantil				Educação Especial			
Ano	Ens. Médio	Graduação	Total	Ano	Ens. Médio	Graduação	Especialização
2006	15	06	21	2006	01	*	*
2007	11	13	24	2007	01	*	*

Quadro 2.

Ensino Fundamental					Ensino Médio			
Ano	Fund. Comp	Ens. Médio	Graduação	Total	Ano	Ens. Médio	Graduação	Especialização
2006	*	22	73	95	2006	**	**	**
2007	*	24	64	88	2007	**	**	**

*Não há professores com este nível de ensino

**Não foi encontrado a fonte para informação.

Preocupados em garantir um patamar de qualidade que contribua para a melhoria dos índices nacionais de desempenho educacional o governo federal tem tomado iniciativas que visam uma melhor qualificação profissional através da formação continuada nas escolas, a exemplo disso temos os parâmetros curriculares nacionais colocados como referencial para a formação continuada que busca desenvolver as capacidades leitora e escritora dos professores oferecendo-lhes subsídios para uma nova prática docente de forma mais contextualizada e transformadora. Em consonância a isso Arroyo (200, p. 94) coloca:



100

100

100

Os PCN^s são mais do que parâmetros curriculares, eles traduzem concepções sobre a função social e cultural da escola, reinterpretem na sua ótica o direito universal à educação básica e, sobretudo, não consegue fugir a concepções e perfis de educador(a) de infância, adolescência e juventude. Podemos ver mais do conteúdos renovados e tentar ver o rosto de docentes que eles refletem.

Estado, Município e rede privada tentam garantir de modo significativo o atendimento aos profissionais da educação na sua formação continuada na própria escola, estas dispõem de uma equipe de coordenação pedagógica para o acompanhamento do trabalho de ensino – aprendizagem. Observem-se os quadros a seguir:

Quadro 1.

Rede estadual de Ensino

Equipe Gestora:

Diretor	01
Diretor – adjunto	01
Secretária	01
Coord. Pedagógico	03
Tec. Pedagógico	02
Total:	08

Quadro 2.

Rede Privada de Ensino

Equipe Gestora:

Diretor	01
Diretor – Adjunto	01
Secretária	01
Coord. Pedagógico	01
Total:	04

Quadro 3.

Rede Municipal de Ensino

Equipe Gestora:

Secr. Mul. de Educação	01
Secr. Adjunto	01
Diretor de escola	04
Diretor – Adjunto	02
Secretário(a) de escola	03
Coord. Pedag. Educ. Infantil	01
Coord. Pedag. Ens. Fund. 1 ^a a 4 ^a	03
Coord. Pedag. Se Liga	02
Coord. Pedag. Escola Ativa	01
Coord. Pedag. Ens. Fund. 5 ^a a 8 ^a	01



Coord. Pedag. de EJA*	01
Coord. Pedag. PEADS**	01
Supervisor Escolar	01
Total:	22

*Educação de Jovens e Adultos

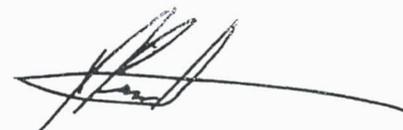
**Programa Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável

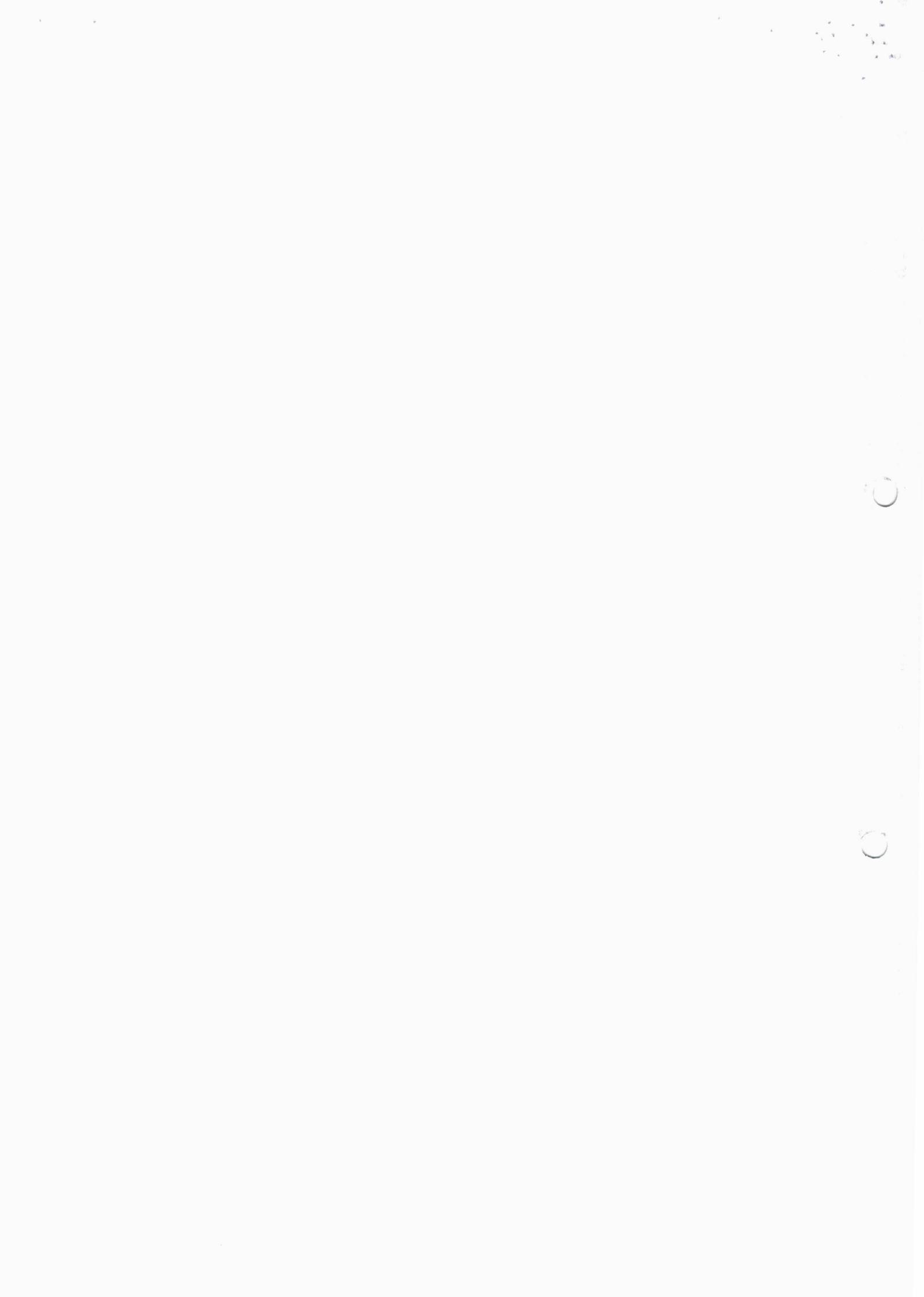
IV – GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

DIAGNÓSTICO

Por definição legal segundo o artigo 206 da Constituição Federal Brasileira e o Art. 3, inciso VIII, da LDB determinam a gestão democrática para a educação pública brasileira. O Município de Santa Terezinha tem tentado atender tais requisitos, no entanto, muito ainda precisa ser feito para que a gestão democrática possa ser não só entendida mais incorporada e vivenciada em âmbito Municipal.

A rede de ensino do Município comporta 21 escolas em seu total, 18 escolas na zona rural que são gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação, 03 na zona urbana destas, uma pertence a rede municipal, outra a rede privada e a última pertence ao Estado. Em âmbito Municipal para garantir a participação de todos os colaboradores existe o Conselho Municipal de Educação, entre outros Conselhos, como o do FUNDEB(Fundo de Desenvolvimento da educação Básica), da Merenda Escolar. Os conselhos têm garantido de certa forma a articulação com a comunidade. Todas as escolas da área urbana contam com o projeto político pedagógico que de certa forma contribuem para melhoria da qualidade de ensino aprendizagem das referidas escolas, na zona rural uma tem projeto político pedagógico e as demais estão em processo de construção, o que torna mais eficaz o trabalho a ser desenvolvido em cada uma delas. É preciso compreender perfeitamente a importância destes projetos, que tendem muitas vezes a tornarem-se sem funcionalidade para a escola, é necessário entendê-los como propostas de trabalho e não apenas como um documento para ser arquivado, como tantos outros de que a escola dispõe.





Das escolas que atendem em âmbito Municipal apenas a Escola Santa Terezinha tem seu diretor, a partir da escolha por seleção e eleições na comunidade escolar, as demais atendem as perspectivas político pedagógica do gestor municipal, tendo o seu diretor por indicação.

DIRETRIZES

As mudanças atuais e as exigências colocadas para o cidadão diante dos avanços tecnológicos requer uma nova maneira de administrar os sistemas de ensino com mais autonomia praticando o regime de colaboração e participação.

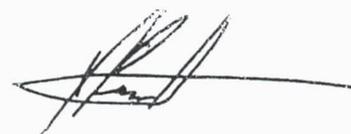
O Município de Santa Terezinha como integrante de uma sociedade que exige um perfil de competências e lideranças sabendo-se que a escola é o espaço ideal para a aquisição de tais requisitos, pretende-se com a gestão democrática conquistar a autonomia, construindo, a partir de suas características e sua identidade, sua proposta de trabalho.

Assim, tentará a partir do redirecionamento das competências e responsabilidades, distribuídas entre os diversos setores no âmbito da gestão educacional.

A escola como espaço de aprendizagem e de exercício da cidadania, deverá garantir momentos que possam oportunizar a melhoria da qualidade dos resultados da aprendizagem, à medida que amplia seu espaço de gestão democrática.

OBJETIVOS

1. Assegurar as condições necessárias à formação continuada;
2. Estimular a colaboração entre as redes e sistemas de ensino municipais, através de apoio técnico a consórcios intermunicipais e colegiados regionais;
3. Desenvolver padrão de gestão que tenha como elementos a destinação de recursos para atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade;
4. Elaborar e executar o plano municipal de educação, em consonância com o PNE.



5. Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica;
6. Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas e ampliar sua autonomia financeira, através do repasse de recursos diretamente às escolas para pequenas despesas de manutenção e cumprimento de sua proposta pedagógica;

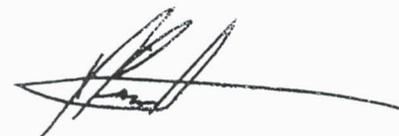
METAS

O Município em consonância com as metas do PNE e do PEE pretende para garantir o processo de gestão democrática atender:

- Implementar espaço próprio de apoio e acompanhamento pedagógico nas escolas com mais de 50 alunos.
- Desenvolver, anualmente, processo de matrícula articulada / unificada entre Estado e Município, tendo em vista a progressiva universalização do acesso.
- Reordenar, em cinco anos, a ocupação dos estabelecimentos de ensino, na perspectiva da Escola da Criança e do Adolescente inclusive daqueles que não tiveram acesso na idade regular.
- Estabelecer, no Município, em cinco anos, com a colaboração técnica e financeira da União, um programa de avaliação de desempenho que atinja, pelo menos, todas as escolas de mais de 50 alunos do Ensino Fundamental.

V - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Em Santa Terezinha, o financiamento da educação tem ultrapassado o limite estabelecido no ART. 212 da Constituição Federal, fruto da vontade política dos gestores municipais para promover um ensino de qualidade objetivando diminuir gradativamente os déficits de atendimento na educação infantil, educação de jovens e adultos visando erradicar o analfabetismo neste Município e possibilitar uma educação inclusiva.



Desta forma, no período compreendido entre 2006 e 2008 o município investiu aproximadamente 27,15% (vinte e sete vírgula quinze por cento) em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, como mostra a Tabela 01.

Tabela 01

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS VINCULADOS A EDUCAÇÃO – MDE - SANTA TEREZINHA - PE EXERCÍCIOS: 2006-2008			
ANO	BASE DE CÁLCULO	APLICAÇÃO EFETIVA	APLICAÇÃO %
	Receita Resultante de Impostos + Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	Receita Resultante de Impostos + Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	
2006	4.643.992,30	1.337.706,68	28,81
2007	5.614.478,25	1.525.744,70	27,18
2008	5.270.092,59	1.351.814,46	25,65
TOTAL	15.528.563,14	4.215.265,84	27,15

Fonte: Secretaria de Finanças de Santa Terezinha

A Tabela 02 demonstra a aplicação de recursos nas despesas típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino considerando as receitas do município destinadas ao ensino adicionadas às receitas de transferências constitucionais e legais do FUNDEF/FUNDEB oriundas do governo federal e estadual.

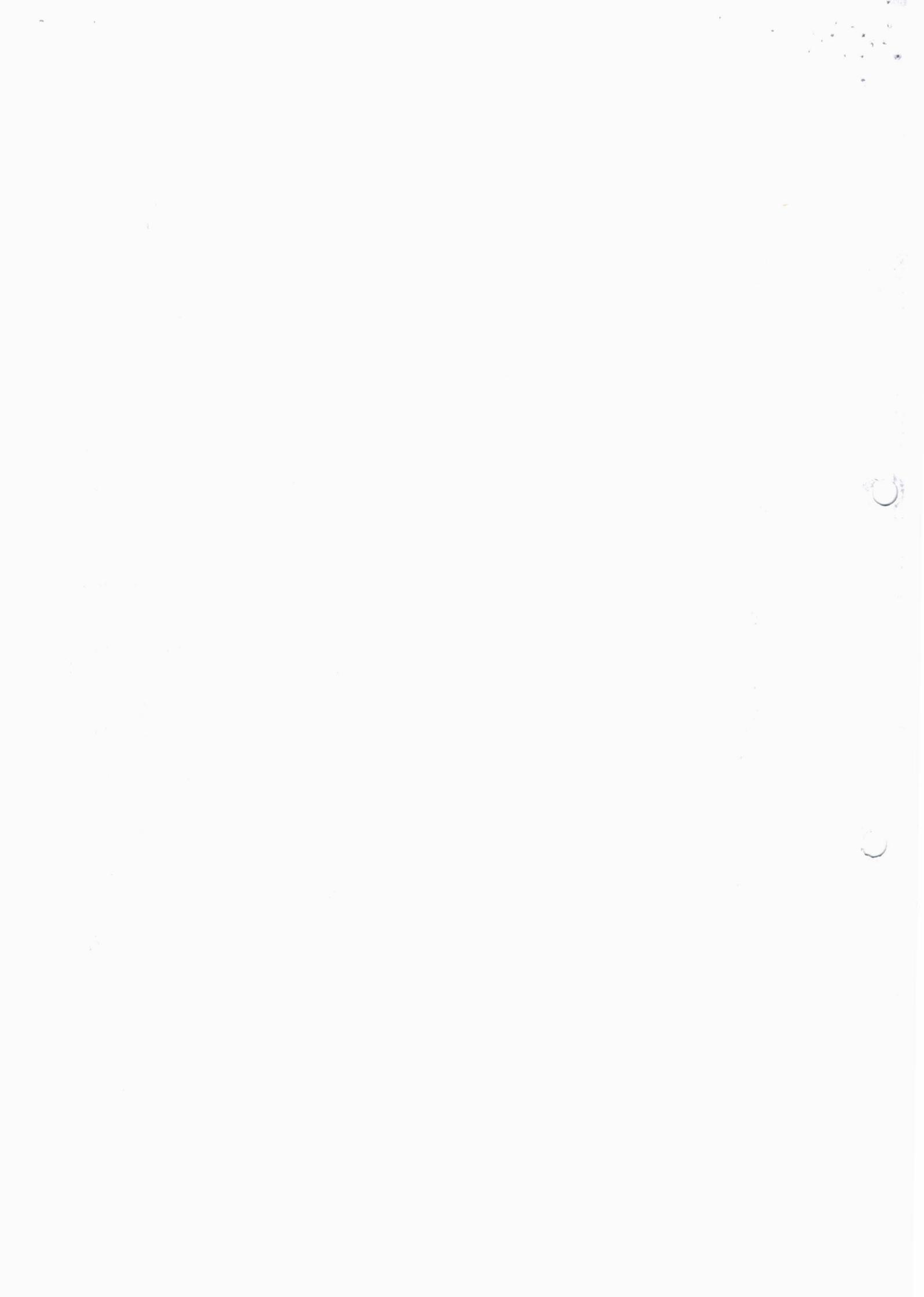
Tabela 02

DEMONSTRATIVO – EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS VINCULADOS MDE – ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA TEREZINHA - PE EXERCÍCIOS: 2006-2008	
ANO	BASE DE CÁLCULO
	Receita Municipal do Ensino + Receita do FUNDEF/FUNDEB
2006	2.033.668,82
2007	2.514.421,47
2008	3.020.247,70

Fonte: Secretaria de Finanças de Santa Terezinha

Vale salientar que os recursos repassados pelo Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e do Governo do Estado são destinados à complementação das ações de manutenção do Transporte de Estudantes,





Alimentação Escolar, aquisição de material escolar, material permanente, assim como a realização de pequenos serviços de obras e engenharia, etc., conforme mostra Tabela nº 03.

Tabela 03

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS TRANSFERIDAS PELO MEC/FNDE E GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SANTA TEREZINHA - PE EXERCÍCIOS: 2006-2008			
ANO	FONTES DE RECURSO		APLICAÇÃO EFETIVA
	MEC/FNDE	VALOR R\$	
2006	QSE	106.724,30	Manutenção Desenvolvimento do Ensino
	PNAE	95.430,40	Alimentação Escolar
	PNAE/PNAC	4.224,00	Alimentação Escolar
	PDDE	11.122,20	Material Escolar e Permanente
	PNATE	93.366,00	Transporte Escolar
	PEJA	45.900,00	Educação de Jovens e Adultos
	PTAPECAMPO	20.609,03	Educação no Campo
	GOVERNO DO ESTADO		
	PROGRAMA A CAMINHO DA ESCOLA	83.976,89	Transporte Escolar
SUB TOTAL		461.352,82	
2007	QSE	109.830,57	Manutenção Desenvolvimento do Ensino
	PNAE	96.932,00	Alimentação Escolar
	PNAE/ PNAC	2.717,88	Alimentação Escolar
	PDDE	10.112,60	Material Escolar e Permanente
	PEJA	5.737,50	Educação de Jovens e Adultos
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	6.296,35	Manutenção Desenvolvimento do Ensino
	PNATE	71.563,36	Transporte Escolar
	GOVERNO DO ESTADO		
	PROGRAMA A CAMINHO DA ESCOLA	69.284,51	Transporte Escolar
SUB TOTAL		372.474,77	
2008	QSE	114.159,20	Manutenção Desenvolvimento do Ensino
	PNAE	72.476,80	Alimentação Escolar
	PNAE/ PNAC	3.731,20	Alimentação Escolar
	PDDE	5.056,30	Material Escolar e Permanente
	PNATE	23.090,62	Transporte Escolar
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	18.732,22	Manutenção Desenvolvimento do Ensino





	DO FNDE		
	GOVERNO DO ESTADO		
	PROGRAMA A CAMINHO DA ESCOLA	74.948,43	Transporte Escolar
SUB TOTAL		237.246,34	
TOTAL GERAL		956.914,73	

Fonte: Secretaria de Finanças de Santa Terezinha

O financiamento da educação está definido através da arrecadação de impostos e transferências da União que deverão ser aplicadas nas diversas áreas da educação ficando assim:

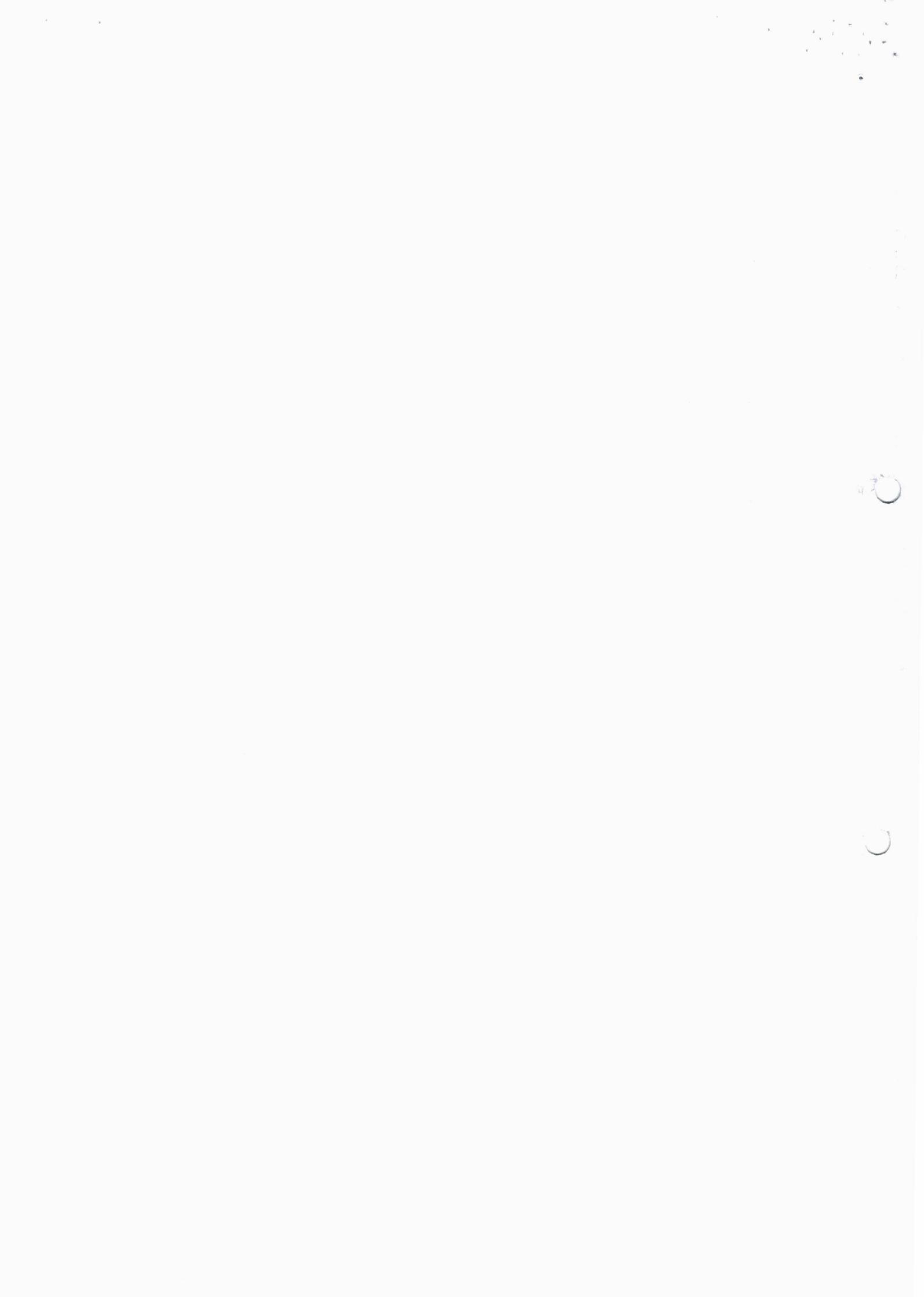
1º) 25%, no mínimo, de seus impostos (IPTU, ISS, ITBI) efetivamente arrecadado e transferências (ITR, IPVA, IRRFSM), sendo 20% transferidos para a formação do FUNDEB 60% exclusivamente para o ensino fundamental, ensino Infantil e EJA e 40% para as demais despesas; e 5% – do FPM, IPI – Exportação, Lei Kandir, e ICMS para todas as modalidades de ensino.

2º) Além dessas, existem transferências legais ou voluntárias do Salário-educação (quota federal e estadual), recursos do FNDE para a alimentação escolar e verbas de outros programas do MEC ou da Secretaria Estadual de Educação, conforme citado acima.

O financiamento da educação gradativamente tem se mostrado mais presente nas ações governamentais em todas as esferas de governo através da criação de programas que visam promover o atendimento a manutenção do desenvolvimento do ensino de forma dinamizada e fortalecida como maneira de deliberar sobre a execução financeira e seu efetivo acompanhamento possibilitando as instituições públicas definir o seu fortalecimento e novas competências, trazendo como destaque a realização de uma gestão democrática e autônoma.

Naturalmente os gestores deverão gerenciar os recursos financeiros da educação juntamente com a sua comunidade e neste sentido o Governo Municipal através da





Secretaria de Educação compreende que a educação de qualidade e diferenciada é uma construção coletiva, fundamentada nas experiências dos professores e professoras das escolas no seu processo de formação e coloca-se como parceira na divulgação dos saberes e das diferentes práticas alfabetizadoras vivenciadas nas escolas.

O esforço da Secretaria de Educação orienta-se por uma concepção de educação pautada na efetivação de Uma Escola de Todos Nós, tendo como princípio, para as ações daqueles que fazem a educação no nosso Município, a consciência de que a escola é um espaço público, gratuito, de encontros de culturas, assim como de conhecimento e afirmações de identidades.

O processo de construção democrática requer a existência de Conselhos atuantes e representativos para que a política educacional seja alicerçada nos anseios da maioria da população e deve funcionar como instrumento importante para a efetivação de uma educação de qualidade através do controle social. A concreta atuação de um Conselho demonstra um potencial na construção de espaço de pactuação entre os diferentes interesses, defendidos pelos atores envolvidos, possibilitando, assim, proposições inovadoras e respostas concretas para enfrentar o desafio de construir uma educação totalmente inclusiva e eficiente.

Cabe ao Município cumprir a legislação vigente que reza sobre os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino no que se refere à aplicação dos 25%, priorizando o atendimento ao ensino fundamental, educação especial, de jovens e adultos, e que após plena cobertura do atendimento as modalidades acima definidas é que poderá atuar em outras áreas.

Relevante se torna a criação e implantação de uma sistemática fiscalização e controle social, mediante a adoção de mecanismos que permitam o efetivo cumprimento dos preceitos legais referentes à aplicação dos recursos, com base na transparência dos gastos realizados pelo poder público municipal.



12

0

0

Nesse processo de fiscalização e controle deverá ser garantida a participação das entidades de controle externo, do conselho de acompanhamento social do FUNDEB, promotoria pública e demais instituições representativas da sociedade civil organizada.

O Município deverá adotar políticas capazes de promover a associação entre renda mínima e educação, através do fortalecimento e da ampliação de programas, em regime de colaboração com o Estado, a União e outras instâncias governamentais de assistência social e de saúde, direcionados, sobretudo à educação especial e infantil, visando à permanência do aluno na escola, atendendo prioritariamente as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.

Deverá ser implementado uma gestão democrática do sistema de educação municipal que passará autonomia as escolas no provimento de suas ações, a Secretaria de Educação assegurará o repasse de recursos municipais às escolas, com base nos princípios da transparência e da responsabilidade social no trato da coisa pública, com base em critérios elaborados de forma participativa.

O governo municipal deverá articular-se com o governo estadual e federal a fim de desenvolver ações de combate à sonegação fiscal no sentido de garantir a arrecadação de impostos pertinentes à educação. Concomitantemente também deverão ser elaborados projetos de captação de recursos junto a organismos nacionais e internacionais de fomento, tendo em vista ampliar as possibilidades de atendimento das demandas educacionais.

Objetivos e Metas

1. Implantar mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal.
2. Criar mecanismos para assegurar repasse automático dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para a Secretaria Municipal de Educação conforme o Art. 69, § 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
3. Mobilizar a sociedade civil e órgãos responsáveis pelo controle social para fiscalizar os gastos públicos com manutenção e desenvolvimento do ensino.





4. Garantir na LDO, PPA, e LOA suporte financeiro às metas do Plano Municipal de Educação.
5. Destinar recursos a educação infantil, jovens e adultos e à educação especial a fim de atingir o mínimo exigido pela legislação vigente.
6. Ampliar o atendimento dos programas de renda mínima associada ao acesso e permanência na escola da população em idade escolar, em regime de colaboração com a União.
7. Incentivar e promover a autonomia financeira das escolas mediante repasse de recursos diretamente às escolas a partir de critérios objetivos, acompanhamento e controle social.
8. Promover estudo sobre o custo aluno municipal por níveis e modalidades de ensino através de instituições especializadas.

VI – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Acompanhar e avaliar um plano da dimensão do Plano Municipal de Educação requer daqueles que fazem a educação do Município um pensar e um cuidado especial, uma vez que tem que prever mecanismos que dê segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo.

O Conselho Municipal de Educação terá papel essencial, no sentido de garantir o desenvolvimento das ações neste documento previstas, bem como avaliar a forma como estão sendo implantadas, é fundamental que instituições da sociedade civil responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente também participem do acompanhamento e da avaliação do Plano Municipal de Educação além da ação direta de Conselhos como o da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Conselho do FUNDEB (Conselho de Acompanhamento e controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica).

A princípio, considerando-se que este está sendo implantado no fim da década deverá ser submetido à análise e se necessário adaptações em consonância com o Plano Estadual de Educação e o Plano Nacional de Educação, visto que 2010 a Conferencia Nacional de



10

10

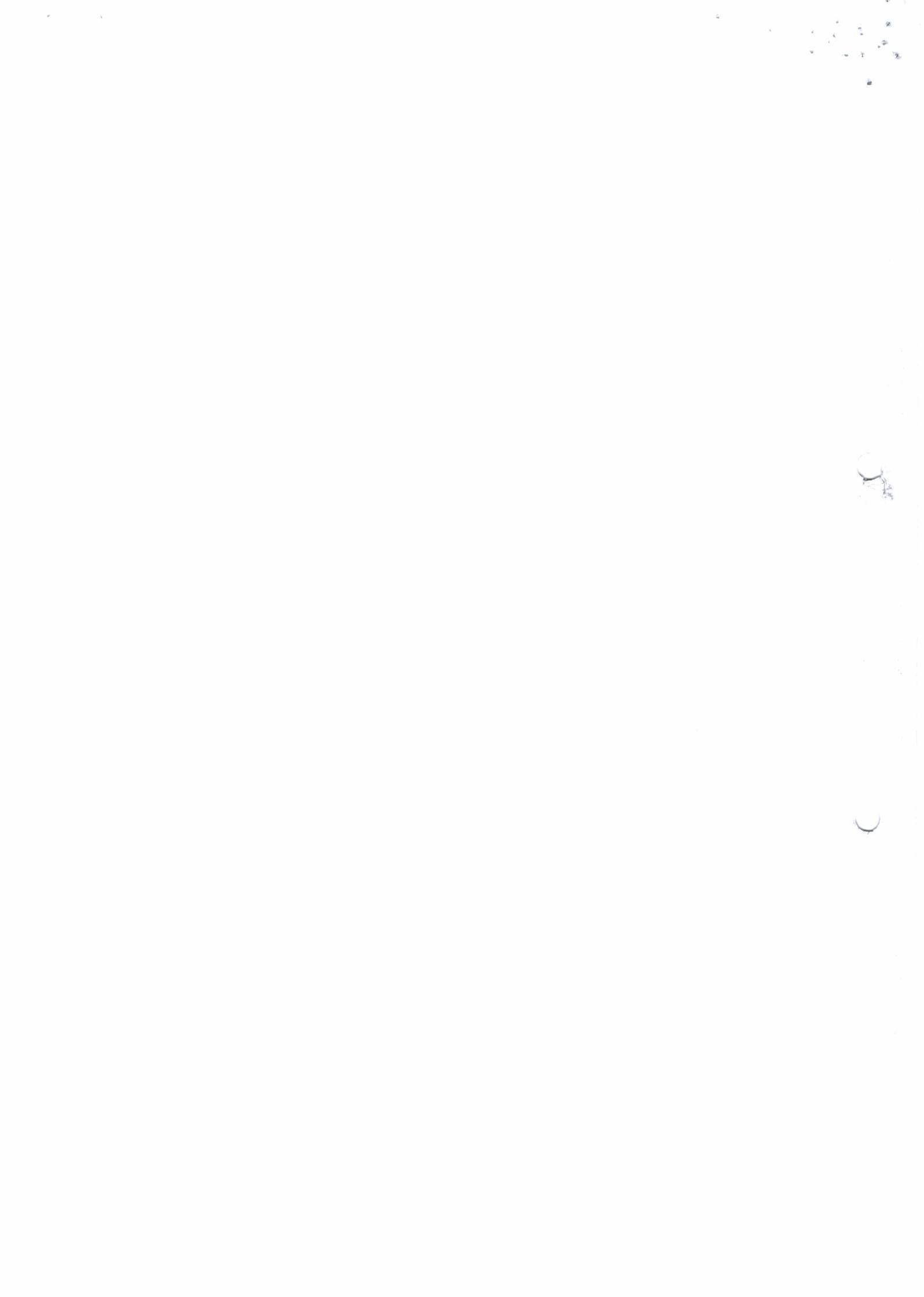
10

Educação terá como tema “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e estratégias de ação”.

Sabendo-se que um Plano de Educação só se concretiza se for concebido e acolhido por todos os envolvidos como um instrumento que contempla, objetivos e metas da educação do Município prezando pelos interesses de todos. Por isso seu acompanhamento e avaliação deve ter participação expressiva das instituições governamentais e da sociedade civil, estes são fatores decisivos para que a educação em nosso Município produza com qualidade seus frutos, pois como afirmava Paulo Freire “não é possível buscar sem esperança; nem, tampouco, na solidão”.

Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação deve assegurar os mecanismos de avaliação e encaminhar a todos os segmentos da educação municipal os princípios que norteiam os instrumentos para esta avaliação, o que irá garantir a legitimidade do Plano, de forma que o processo de avaliação seja caracterizado por relações de confiança, respeito e de participação de todos.





VII – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. Acervo documental do patrimônio Público Municipal de Santa Terezinha.
2. ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. A Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação. In TEIXEIRA, Lúcia Helena G. (Org) LDB e PNE: desdobramentos na política educacional brasileira. São Bernardo do Campo: UMES, 2002. p. 55 – 66
3. ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000, v. 1 a 7.
4. BRASIL, Adaptações Curriculares em Ação; estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais / Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC / SEEP, 2002.
5. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para educação infantil Brasileira, V. 1, p. 11 – 84. 1998.
6. CMAPELLO, Maria Tereza Barreto. In. A Discriminação em questão I / Secretaria de Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Diretoria Executiva de Educação Especial. – Recife: 2000. p. 18-21
7. Estatuto da criança e do Adolescente Lei nº 8069/1991).
8. Lei orgânica Municipal de Santa Terezinha – PE
9. MONLEVADE, João A. Plano Municipal de Educação: fazer para acontecer. Brasília: Idéia, 2002, 139 p.



10. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Especial. O papel do currículo na Escola inclusiva Série. Atualidades Pedagógicas. EAD/FESP, Rio de janeiro, 1988 p. 77 a 81.
11. Plano Municipal de Assistência Social de Santa Terezinha.
12. Plano Municipal de Educação – Retrospectiva Histórica e Proposições – Prefeitura do Recife Secretaria de Educação do Recife v. 1 2003, 702 p.
13. ROCHA, Rosanes. Educação Especial... Onde esta a diferença? In SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda S. Fognozzi (Org.), A práxis na formação de educadores infantis, Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
14. RESOLUÇÃO CNE / CEB Nº 2. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/ceb/ceb0201.doc>.
15. SILVA, Vilma Palmeira da . SS86i Identidade docente, um reflexo de imagem / monografia (graduação – pedagogia) Patos. Junho de 2004. 30p.
16. Valorização do Magistério para melhor qualidade de ensino. 2ª reimpressão / Organização pedagógica da educação escolar / Organização Maristela Marques Rodrigues, Mônica Giágio, elaboração Mariza Abreu, Sônia Balzamo. Brasília: FUNDESCOLA/SEIFMEC, 2001. 24. (Revisão de legislação para secretários e conselheiros Municipais de Educação, caderno 3, unidade 4.)
17. VIANA, Jacilene Mesquita. Educação e Cidadania começam na infância. In SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda S. Tognozzi (Orgs). A próxima na formação de educadores infantis: Rio de Janeiro: DP & A, 2002. p. 5



100

100

100

**COMISSÃO DE REDAÇÃO DO TEXTO
INICIAL**

Dalvaneide F. de Vasconcelos
Elena de Brito e Silva
Francisca Paes de Lira
José de Assis Pereira
Jocidalva Lustosa da Silva Caetano
Moacir Ferreira de Vasconcelos
Vera Lucia Siqueira da Silva

REVISÃO
Vera Lucia Siqueira da Silva

**ASSESSORIA TÉCNICA DA SECRETÁRIA
DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

José Venâncio Evangelista Filho
Sandra Lustosa de Melo
Vera Lucia Siqueira da Silva
Direma Lustosa Medeira dos Passos
Antonio Carlos Liberal de Vasconcelos
Antonio Vieira da Silva
Elena de Brito Silva
Ivone Lustosa Silvino Nunes
Leda Maria de Souza Correia
Dalvaneide Ferreira de Vasconcelos
Francisca Paes de Lira
Maria de Fátima Silva Santos
Joselina Nunes Alves
Jose de Assis Pereira

COLABORADORES:

Sandro Ferreira de Freitas
Contador Municipal

Drª Juberlita Lustosa Siqueira da Silva
Enfermeira Chefe – Posto Miguel Nunes da Casta

Agentes comunitários de saúde:

Mª Luciene Alves Nunes
Cezar Rodrigues Soares
Terezinha Anastácio Pereira
Mª Lucicleide Bezerra
Josinete Pereira da Silva
José Romero da Silva
Mª Edilene Souza Araújo
Mª do Socorro da Silva
Antonio Bezerra Leite Souza
Kátia Aparecida de oliveira
Helena Ângelo Lucena Silva
Adeilson Petrônio de Lima
Mª Márcia Luíz Souza
Rubilene da Silva Leite
Mª Janieres de S. Santos
Cassimera Tereza S. da Silva
Regina Teixeira de L. Silva
José Roberto Pereira de Sousa
Rogério de Moura Silva
Rozangela Rodrigues da Silva
Ana Cristina Soares Alves
Mª Aparecida L. Ferreira
Mª Madalena B. da Silva

**Cons. Municipal em Defesa dos Direitos da
Criança e do Adolescente**
Presidente: Sheila Lustosa Medeira dos Passos

Conselho Tutelar

Francisco Severino da Silva
Presidente

Cons. Mun. do Programa Bolsa Escola
Erivandro Pereira da Silva
Presidente

Cons. Municipal de Alimentação Escolar
Solange Alves Silva
Presidente





INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Rede Municipal de Ensino

Secretária Municipal de Educação

José Venâncio Evangelista Filho

Sandra Lustosa de Melo

Secretária Adjunta

Cons. Municipal de Educação

Presidente: Antonio Carlos L. de Vasconcelos

Conselho Municipal do Fundeb.

Presidente: José de Assis Pereira

ESCOLAS ÁREA URBANA

Escola Municipal José Paulino de Siqueira

Jocidalva Lustosa da Silva Caetano - Diretora

Vera Lúcia Sampaio de Andrade - Dir. Adjunta

Vanira Campos de Oliveira - Dir. Assistente

Rosilane M^a Ferreira L. Rodrigues - Secretária

Escola Mônica Tavares

Leoneide Correia - Diretora

Maria Solange da Silva - Diretora Adjunta

ESCOLAS ÁREA RURAL

Escola Tobias Nunes de Lira

Laura Suênia de Lira - Diretora

Sandra Amara Pereira de Andrade - Secretária

Grupo Escolar Luzia Soares

Grupo Escolar Manoel Luiz

Grupo Escolar Bernardo Nunes

Grupo Escolar Maria José Dantas Campos

Grupo Escolar Antonio Pedro da Silva

Grupo Escolar Augusto T. da Costa

Grupo Escolar Vicente M. da Silva

Grupo Escolar São José

Grupo Escolar José Luiz

Grupo Escolar Paulino G. Melo

Grupo Escolar Francisco J. Garcia

Grupo Escolar Santa Luzia

Grupo Escolar Júlia M. Diniz

Grupo Escolar Salvador E. de Souto

Grupo Escolar José Bezerra

Grupo Escolar João Lopes da Silva

Grupo Escolar João F. Santos

REDE ESTADUAL DE ENSINO

Escola Santa Terezinha

Sileide Maria Leite de Melo Andrade - Diretora

Maria Ilídia Nunes Leite - Diretora Adjunta

Maria Solange da Silva - Secretária

REDE PRIVADA DE ENSINO

Escola Nova Conquista

José Eduardo de Oliveira - Diretor

Digitação: Valmir Siqueira da Silva

Vera Lucia Siqueira da Silva





HINO MUNICIPAL

I

És a Princesa do Sertão do Pajeú
Formosa e ordeira população Consagrada beleza, teu esplendor
Santa Terezinha terra de amor.

II

Sua história reluz, mimosa flor
Na terra sertaneja, quem desbravou
Longínquo andantes, colonizadores
Sob o revés, causticante, envolvente
Santa Terezinha tomava força e vigor

III

Seu povo é forte como a cactácea
Seu brado urge rumo ao porvir
Hospitaleiro e líder em união
Valente qual força
Em clamor de ação.

IV

As margens do acude um destino
Um marco da primeira celebração
Seu povo ali inaugurou
Em ato de fé esperança
A comunidade brotou.

Refrão

V

De caatinga a comunal
De traços pernambucanos
De ardor tão brasileiro
Do trópico árido secante
És soberana e encanta
Ao mais nobre escritor.

VI

No porvir há uma espera
Que o tempo chama aqui
No azul do seu cintilante
E no luar do sertão
Santa Terezinha zela por ti.

